



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Desenvolvimento Local e Coesão Territorial no caso da Freguesia de Carvoeira e Carmões

Maria Beatriz Pereira Bernardes

Mestrado em Estudos de Desenvolvimento

Orientador:

Professor Doutor Rogério Roque Amaro, Professor Associado,
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2022



CIÊNCIAS SOCIAIS
E HUMANAS

Departamento de Economia Política

Desenvolvimento Local e Coesão Territorial no caso da Freguesia de
Carvoeira e Carmões

Maria Beatriz Pereira Bernardes

Mestrado em Estudos de Desenvolvimento

Orientador:

Professor Doutor Rogério Roque Amaro, Professor Associado,
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2022

Para a minha Mãe Luciana

Agradecimentos

Ao corpo docente do Mestrado em Estudos de Desenvolvimento do ISCTE-IUL, que contribuiu em larga escala para aumentar os meus conhecimentos e para vocacionar o meu percurso para algo que gosto realmente de fazer. Em especial, ao Professor Rogério Roque Amaro, por me revelar uma nova perspetiva do desenvolvimento e incentivar ao interesse pelo desenvolvimento local e pelas dinâmicas comunitárias em particular.

Ao Presidente da Junta de Freguesia de Carvoeira e Carmões Nuno Pinto, que vê o território com todas as suas especificidades e a melhor forma de tirar proveito delas, transmitiu-me uma nova forma de ver a política e de a colocar em prática.

A toda a equipa do Gabinete Local de Reabilitação Urbana, pela primeira experiência profissional que contribuiu em muito para os meus conhecimentos tanto teóricos como práticos, pela aprendizagem de trabalhar em equipa e pelo conseguir de um trabalho que me orgulho de ter feito parte. Um agradecimento especial à Joana, que foi a minha parceira neste percurso.

Ao MTA e a todos os que passaram por este movimento, foi a primeira associação de que fiz parte, que me ensinou o que é a vida em comunidade e que a transparência e o trabalho em equipa de forma organizada conseguem construir coisas muito bonitas.

À minha Madrinha Daniela e ao André, que para além de me cederem a sua casa para estudar em Lisboa, sempre incentivaram o meu pensamento crítico, dando um grande contributo para o modo como vejo hoje o mundo.

Aos meus pais, a minha irmã e o Nuno, por todo o apoio e paciência, e a toda a minha família pelos valores que me transmitiram e por me acompanharem ao longo do meu percurso pessoal e académico.

Por fim, agradeço aos representantes das associações de Carvoeira e Carmões que deram o seu testemunho e a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para a realização desta dissertação.

Resumo

Portugal é um país marcado por assimetrias territoriais, entre as quais se destaca a dicotomia urbano-rural. A presente dissertação visa a compreensão deste fenómeno, aplicado à realidade da freguesia de Carvoeira e Carmões, que embora pertença a um município litoral (Torres Vedras), apresenta-se como uma freguesia rural com tendência para o envelhecimento. O intuito será, por um lado, perceber quais os motivos que levam os jovens a sair, por outro, descobrir as potencialidades da freguesia e o que se poderá fazer para torná-la uma zona mais atrativa. Objetiva-se o fomento da coesão territorial e social, por meio do desenvolvimento local, através da promoção dos recursos endógenos e a partir da dinamização do vasto tecido associativo que este território tem presente. Estas associações, tendo origem em iniciativas locais e comunitárias, construíram um espírito identitário e agregador que se tem vindo a desvanecer com os processos de globalização e os hábitos que lhes vêm associados. Procura-se, portanto, conhecer o conjunto de associações existentes, as dificuldades que enfrentam, assim como outras potencialidades do território, apresentando um conjunto de aspetos que caracterizem a freguesia e que abram caminho à fixação da população e ao desenvolvimento.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local, Coesão Territorial, Associação, Desenvolvimento Rural, Recursos Endógenos, Dinâmicas Comunitárias

Abstract

Portugal is an asymmetrical territory, marked by urban-rural dichotomies. This dissertation attempts to understand this phenomenon, applied to the reality of the parish of Carvoeira and Carmões. Although it belongs to a coastal municipality (Torres Vedras), it presents itself as a rural parish which tends towards an ageing population. The aim of this study will be, on the one hand, to understand the reason that leads young people to leave and on the other hand to discover the potential of the region and what can be done to make the area more attractive. It also intends to promote territorial and social cohesion, through local development, by the promotion of endogenous resources and from the dynamization of the vast associative structure that the territory presents. It is therefore needed to know the range of associations, the difficulties they face. That is because these associations, originating from local and community initiatives, built an identity and aggregating spirit that has been fading with the process of globalization and the habits associated with it. By doing so, we hope to show the potentialities of the territory, presenting a set of aspects that characterize the parish and that open the way to the settlement of the population and the development of the region.

Keywords: Local Development, Territorial Cohesion, Association, Rural Development, Endogenous Resources, Community Dynamics

Índice

Agradecimentos	iii
Resumo	v
Abstract	vii
Capítulo I. Introdução	1
Capítulo II. Contextualização Teórica	5
2.1. Assimetrias do território português	6
2.1.1. Desenvolvimento Rural.....	11
2.1.2. Aproveitamento dos recursos e diversificação de atividades.....	15
2.1.3. Descentralização e coesão territorial	18
2.2. Desenvolvimento Local	22
2.2.1. Entre o paradigma territorialista e a teoria funcionalista	22
2.2.2. Definição do conceito	24
2.2.3. Associativismo	28
2.2.4. O desenvolvimento local colocado em prática	31
Capítulo III. Caracterização da Freguesia de Carvoeira e Carmões	35
Capítulo IV. Metodologia	45
Capítulo V. Análise dos Dados	51
Capítulo VI. Conclusão	71
Referências Bibliográficas	77
Anexos.....	81

Glossário de Siglas

ADL – Associação de Desenvolvimento Local

AGIAC – Associação de Geminação e Intercâmbio Autárquico da Carvoeira

ANAFRE – Associação Nacional de Freguesias

ARUCTV – Área de Reabilitação Urbana do Concelho de Torres Vedras

CIT – Centro de Interpretação do Teatro | Carreiras

CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV

DGOTDU – Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

DGT – Direção-Geral do Território

GLRU – Gabinete Local de Reabilitação Urbana

IDL – Iniciativa de Desenvolvimento Local

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

LBPOTU – Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, Ordenamento do Território e Urbanismo

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

PAC – Política Agrícola Comum

PNOT – Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território

PS – Partido Socialista

RJIGT – Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial

CAPÍTULO I

Introdução

O despovoamento e envelhecimento das áreas rurais tem sido uma realidade muito presente em Portugal, fruto da saída da população destas áreas em direção às zonas urbanas. Esta situação tem gerado assimetrias territoriais muito vincadas, não só pelo abandono das áreas rurais, mas pela excessiva concentração nas áreas urbanas, nomeadamente nas áreas metropolitanas. Embora este acontecimento seja mais evidente nos territórios interiores do país, existem territórios periféricos do litoral em que já se nota um decréscimo populacional e das respetivas dinâmicas económicas e sociais. A União de Freguesias de Carvoeira e Carmões revê-se nesta situação de perda populacional e, deste modo, constitui-se como um caso particular pois pertence ao concelho de Torres Vedras, um concelho litoral adjacente à Área Metropolitana de Lisboa.

O contributo da ciência neste tema apresenta a dualidade litoral-interior do território nacional, geralmente com enfoque nas regiões mais interiores, em que se registam os valores mais alarmantes. O que não se fala tanto são estas zonas que podemos denominar o interior do litoral – são, na sua maioria, zonas rurais e perdem população por não terem dinâmicas urbanas tão intensas por estarem um pouco mais afastadas das cidades. Explorar esta particularidade poderá revelar-se interessante, até porque continuam a ser regiões relativamente próximas tanto do campo, como do mar, como da cidade, tendo grande potencial tanto turístico como para estabelecimento de residência. São regiões que proporcionam qualidade de vida, pois têm a tranquilidade que as pessoas procuram no campo e, ao mesmo tempo, a proximidade das facilidades de serviços que as cidades oferecem. Por terem um vasto conjunto de qualidades e pela proximidade às cidades mais atrativas poderão ser uma solução à excessiva concentração nos grandes centros urbanos, sendo provavelmente mais fácil intervir e fazer inverter o envelhecimento nestas regiões.

Esta dissertação pretende assim dar conta da realidade da freguesia de Carvoeira e Carmões, perceber de que modo é considerada uma área com tendência para o envelhecimento e procurar formas de inverter a situação. Nesse sentido, formulei como questão de partida: Quais as potencialidades da área rural de Carvoeira e Carmões e que estratégias podem ser exploradas na perspetiva do desenvolvimento local, de forma a que esta freguesia se torne mais atrativa à fixação de população?

Os conceitos que se pretendem envolver passam pelas assimetrias territoriais, procurando-se uma explicação para este fenómeno desarticulado, e procurando-se, no sentido inverso, alcançar a coesão territorial por meio do desenvolvimento rural, mas, essencialmente, através do desenvolvimento local. Após um grande investimento nas áreas urbanas e na evolução industrial e económica que as caracteriza, posteriormente dando conta das assimetrias geradas, é agora altura de dar atenção às áreas rurais, não a partir do mesmo modelo de desenvolvimento baseado no crescimento económico, que já demonstrou facilitar a propagação das desigualdades económicas e sociais, mas a partir de abordagens que privilegiem os recursos endógenos e as dinâmicas comunitárias de cada território. Este quadro teórico coloca o ênfase no nível local, permitindo uma valorização das características específicas territoriais e possibilitando a criação de respostas sustentáveis e inovadoras aos problemas e necessidades locais. Pretende-se a apresentação de uma proposta de ação para a mudança social centrada nas pessoas, procurando criar condições para a promoção do bem-estar da comunidade de forma participativa (Gomes, 2014).

Em tempos, a freguesia de Carvoeira e Carmões possuiu um elevado potencial comunitário, do qual nasceram várias associações que se constituíam como formas de desenvolvimento local, isto é, que faziam progredir a união das vontades da população em obras concretas, eventos e outras atividades. Estas associações foram também vítimas do poder desagregador do êxodo rural e muitas perderam a sua força. Pretende-se, através deste estudo, entender as dinâmicas destas associações ao longo do tempo, de que modo conseguiam mover a população em torno do bem comum e como se apresentam na atualidade, reconhecendo o seu potencial na dinamização social do território.

Este trabalho segue assim uma estrutura que procura elencar estes vários pontos. Seguidamente a esta contextualização introdutória, irei apresentar os conceitos teóricos associados à temática, que procuram ir ao encontro da realidade deste território – Primeiro, uma descrição das assimetrias territoriais definidas pela dualidade urbano-rural, incluindo a abordagem ao conceito de desenvolvimento rural, a referência à importância do aproveitamento dos recursos e da diversificação de atividades e o papel da descentralização para a coesão territorial. Depois, através da abordagem ao desenvolvimento local, posicionando-o no espectro entre a teoria funcionalista e o paradigma territorialista e procurando relacionar o associativismo como uma prática de desenvolvimento local. O terceiro capítulo pretende dar a conhecer alguns dados referentes à freguesia em particular, relevantes para o enquadramento deste estudo de

caso e para um conhecimento mais profundo do respetivo território. O quarto capítulo debruça-se sobre a metodologia utilizada, que se baseia na observação de campo e na realização de entrevistas aos representantes das várias associações presentes na freguesia. O seguinte capítulo desenvolve a análise dos dados recolhidos e, por fim, a conclusão procura responder às questões suscitadas nesta dissertação e identificar linhas de orientação para a mobilização das associações num futuro próximo.

Este processo contou com algumas dificuldades, no que toca a selecionar os conceitos adequados, articulando as dimensões territorial e social de modo a que a sua interligação fosse complementar. Em termos práticos, o conseguir os contactos certos de todos os representantes e a marcação das próprias entrevistas exigiram algum esforço para atender à disponibilidade de todos, assim como a condução das próprias entrevistas que muitas vezes suscitavam assuntos que fugiam aos temas pretendidos.

CAPÍTULO II

Contextualização Teórica

Este capítulo pretende disponibilizar um conjunto de ferramentas teóricas que reflitam as desigualdades territoriais que se têm formado ao longo do tempo em Portugal, apresentando como possíveis formas de solução conceitos como o desenvolvimento rural, com o intuito de impulsionar as áreas rurais que foram retraídas pelos processos de modernização, e o desenvolvimento local, com o intuito de mobilizar as capacidades locais. Estas alternativas acabam por afastar a visão tradicional do desenvolvimento, direcionando-o para uma vertente que parte da comunidade, dos recursos e potencialidades locais para atingir o bem-estar das populações.

O conceito de desenvolvimento foi assumido na era do pós-guerra, sendo invocado na distinção entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, isto é, os ditos ocidentais e não ocidentais, também divididos entre países do norte e do sul. Tem origem nas transformações socioeconómicas e no surgimento do capitalismo comercial nas sociedades europeias, no âmbito da Revolução Industrial, que viabilizou o conceito materialmente, e da Revolução Francesa, que o fundamentou ética e culturalmente. Está relacionado com o processo de independência das colónias europeias e é associado à noção de progresso, no sentido em que os que detêm altos níveis de industrialização, produtividade e tecnologia serão os desenvolvidos (países ocidentais), os restantes (países do sul) deverão percorrer o mesmo método em busca desses fatores para alcançar a modernização. Esta abordagem tradicional do desenvolvimento tornou-se a perspetiva dominante. Vê o crescimento económico como fim a alcançar, numa visão economicista, produtivista, materialista e consumista, que destaca apenas os fatores quantitativos a favor da riqueza (Amaro, 2003).

Este modelo proliferou até meados dos anos 60/início dos anos 70, sendo denominada a época dos “30 anos gloriosos”. No entanto, as desigualdades socioeconómicas geradas por este modo de atuação e a sua falta de adaptação a muitas realidades justificaram a reconceptualização do conceito e o surgimento de propostas de desenvolvimento alternativo que procuram colmatar as falhas da visão dominante. Foram reconhecidos seis conceitos de desenvolvimento alternativo: o Desenvolvimento Sustentável, o Desenvolvimento Local, o Desenvolvimento Participativo, o Desenvolvimento Humano, o Desenvolvimento Social e o Desenvolvimento Integrado. Neste estudo será abordado o

conceito de Desenvolvimento Local que, assim como o Desenvolvimento Participativo, está incluído na fileira *people-centred*, tendo em conta o processo de mudança centrado numa comunidade territorial e numa dinâmica de pedagogia de participação democrática e de empoderamento.

2.1. Assimetrias do território português

Após o enquadramento do que são áreas rurais e áreas urbanas e do que as distingue, pretende-se, neste subcapítulo, elucidar para as disparidades territoriais existentes e como se poderá fomentar a coesão territorial a partir do conceito de desenvolvimento rural, do aproveitamento dos recursos, da diversificação de atividades e da descentralização.

Os processos de modernização e urbanização trouxeram a necessidade de ter em conta as assimetrias inter-regionais, nas quais se distingue o binómio urbano-rural (Diniz e Gerry, 2002). O território encontra-se dividido consoante as características que apresenta, sendo possível distinguir algumas tipologias, entre as quais se destaca a distinção rural vs urbano. Ambas as designações transmitem quase automaticamente uma imagem, na qual associamos o rural aos campos e o urbano às cidades.

As cidades caracterizam-se como zonas de alta concentração industrial e comercial, apresentando uma panóplia de serviços e atividades, essencialmente do setor terciário, mas também do secundário.

As cidades são os polos de dinamização da economia e os motores dos processos de desenvolvimento, são os nós de uma rede que gera fluxos que passam por toda a região, daí a importância das políticas regionais e do reforço da rede de acessibilidades. (DGOTDU, 2004, citado em Cavaco, 2004: 99)

Já as áreas rurais caracterizam-se pela forte presença do setor primário, onde a agricultura tem uma importância muito significativa, sendo na maioria das vezes a principal atividade desenvolvida. São territórios altamente dependentes da produção primária e fisicamente periféricos, que acabam por beneficiar desproporcionalmente dos processos de modernização e dos progressos económicos por se encontrarem afastados dos centros urbanos (Diniz e Gerry, 2002). A fraca densidade populacional e as povoações de pequenas dimensões são características normalmente presentes nestas áreas. Nas paisagens observam-se vastos campos, pastagens ou florestas, interrompidos por pequenos aglomerados populacionais.

Nestas zonas, embora predominem as funções agrária e florestal, estão também presentes atividades artesanais e da indústria extrativa, bem como profissões ligadas ao

setor terciário, desde a administração pública ao turismo e lazer. Apesar da forte expressividade que o setor primário mantém nas áreas rurais, tem-se verificado uma diminuição progressiva do número de empregados – entre os anos de 1989 e 2019 registou-se uma perda de 900 mil trabalhadores na agricultura. Os trabalhadores agrícolas são identificados como uma classe envelhecida e pouco escolarizada, uma vez que 60% tem mais de 55 anos e 8% não sabe ler nem escrever.¹

A agricultura é normalmente vista como o “setor arcaico” que deve ser integrado no sistema económico moderno (Almeida, 1995). É-lhe atribuído um papel secundário, sendo apenas vista como o fornecedor de matérias-primas, ao invés de ser reconhecida a sua importância como a base natural da produção. No que se refere à agricultura, identificam-se como as principais causas do problema a falta de mão-de-obra qualificada e de competências profissionais e a fraca rede de infraestruturas e serviços. Os salários são baixos, estando 21% abaixo da média auferida pelos trabalhadores por conta de outrem. As condições de vida e de trabalho são, portanto, pouco atrativas e, juntamente com a fragilidade dos fatores naturais e dos problemas ambientais, os investidores sentem insegurança em arriscar. Deste modo, os trabalhos urbanos tornam-se mais atrativos, o que leva as pessoas a procurarem as cidades. Consequentemente, a procura e valorização dos recursos ambientais de carácter rural sai desfalcada da equação.

Dada a distribuição desigual da população pelo território português, podemos dizer que as áreas rurais têm sido deixadas para trás de forma progressiva, quase sistemática, em substituição das áreas urbanas, tanto que o despovoamento dos territórios rurais marginais de Portugal é hoje uma realidade bem presente no país. Fatores como a diminuição da capacidade produtiva dos solos, devido às condições climáticas, e a diminuição dos recursos e serviços disponíveis nestas áreas contribuíram para baixas densidades populacionais e para o abandono por parte das populações que recusam o trabalho agrícola.

No quadro do Anexo A verificamos que, apesar da maior parte da área continental do país se apresentar como rural (68,6%), as áreas metropolitanas são as que albergam maior quantidade de população no seu total, já desde os anos 90. Desta relação desequilibrada extraem-se os elevados valores de densidade populacional nas áreas metropolitanas (1060 hab/km²) em contraste com os baixos valores das áreas rurais (36 hab/km²). Quanto às áreas intermédias, o autor apresenta-as como áreas com grau intermédio de urbanização,

¹ Dados do Pordata e base estatística da Fundação Francisco Manuel dos Santos

diversificadas nos seus modelos territoriais e socioprodutivos e nas condições de inserção externa. Estas últimas têm uma expressão significativa em termos de área e de população e encontram um equilíbrio entre os outros dois extremos.

A revolução tecnológica e os processos de globalização moldaram um novo modelo de sociedade em que o trabalho físico tende a ser substituído pelo trabalho cognitivo (Armas e Macía, 2015). Os setores primário e secundário deram lugar ao setor dos serviços, o que contribuiu para a mudança estrutural da sociedade. O aumento do nível de escolaridade e das oportunidades de instrução levou ao abandono dos campos e a uma afluência para as cidades, espaços que ofereciam outro tipo de empregos. Vários autores têm tido como objeto de estudo a dimensão espacial da expansão económica, da difusão empresarial e da mudança social, pela irregularidade que estes fenómenos apresentam pelo território, concentrando-se em certas áreas específicas. Apesar de já existirem novos métodos de produção e de organização empresarial e novas formas de capacitação que permitiam modernizar e civilizar todas as classes da sociedade e todos os territórios do mundo (Diniz e Gerry, 2002), estes processos continuam distribuídos de forma desigual pelo território. Os espaços urbanos continuam a ser a preferência dos empresários, assim como a vida citadina parece ser a mais atrativa a nível económico e tecnológico.

Perante a distribuição desigual dos recursos e da população, surgiu a necessidade de entender a relação que as áreas urbanas estabelecem com as áreas rurais. As áreas rurais podem ser classificadas territorialmente em três tipos (Kageyama, 2004): zonas economicamente integradas, zonas rurais intermédias e zonas rurais isoladas. As primeiras são zonas rurais desenvolvidas, geralmente próximas de um centro urbano, integradas numa rede de comunicações e com ofertas diversificadas de emprego, combinando as vantagens do campo e da cidade. O segundo tipo refere-se, segundo a autora, a zonas tradicionalmente desenvolvidas com base num setor agrícola próspero, afastadas dos centros urbanos, mas com infraestruturas suficientes para ter acesso a eles, estando estas áreas em processo de integração económica. As zonas isoladas apresentam uma população dispersa e localizam-se em áreas periféricas afastadas de centros urbanos; apresentam uma rede de serviços e infraestruturas precária, os métodos de produção são tradicionais e as qualificações são baixas.

A visão dualista urbano-rural pode então observar-se quase numa visão centrífuga e gradual dos centros urbanos, passando pelas suas periferias, até às áreas rurais mais dispersas. Algures no meio deste espetro distinguem-se as áreas periurbanas, que se podem definir como espaços de transição entre áreas urbanas e áreas rurais. Em geral,

garantem uma articulação urbano-rural de proximidade, mas podem eventualmente vir a tornar-se urbanas por resultarem da expansão das mesmas (Ferreiro et al., 2019).

Por vezes, a diversificação de usos do solo ou a coexistência de modelos territoriais e socioprodutivos contrastantes regionalmente parece ser um problema, mas essa diversidade, além de ser incontornável por motivos de natureza histórica ou geográfica, pode até constituir-se um fator favorável ao desenvolvimento. O problema está na intensificação das atividades industriais e urbanas em áreas concentradas, o que gera desigualdades de oportunidades e de acesso a recursos essenciais à afirmação pessoal e ao desenvolvimento, que muitas vezes surgem associados a tais contrastes territoriais (Cordovil, 1997). Este rumo está a gerar desequilíbrios agravantes, ao nível económico, social e, nomeadamente, ao nível ambiental. O rápido crescimento do consumo dos solos pelos processos de urbanização afeta negativamente o equilíbrio e os serviços dos ecossistemas, designadamente a produção de alimentos, a provisão de espaços de lazer e recreio, a biodiversidade e a qualidade de vida das populações (Ferreiro et al., 2019).

Em Portugal, em linha com outras realidades, a legislação orientadora neste domínio – Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, Ordenamento do Território e Urbanismo – e o respetivo regime jurídico (RJIGT) acentuam a dicotomia, restringindo a divisão entre solos urbanos e rústicos, ignorando as especificidades dos territórios periurbanos e impossibilitando a consideração de outras realidades que possam ajudar a organizar a complexidade do mosaico urbano-rural (Ferreiro et al., 2019).

Perante o contexto de desagregação territorial, a questão colocada é: até que ponto deverá existir uma distinção demarcada entre os dois tipos de espaços? – As teorias da modernização indicam que se deve separar os dois tipos, no sentido em que o que é moderno, urbanizado e industrializado deverá ser tido como modelo a seguir. Deste modo, as áreas rurais precisam de uma mudança tecnológica porque estão a ficar para trás, sendo consideradas zonas subdesenvolvidas. Só assim é possível combater as desigualdades, atingindo o objetivo de uniformizar todos os territórios rumo ao mesmo destino: a urbanização. Mas será necessária uma uniformização do território, ou deveremos assumir a diversidade? – Uma das questões que mais preocupam os defensores das formas de desenvolvimento alternativo é precisamente a maneira uniformizante como foi aplicado o desenvolvimento, baseado na modernização como modelo que se propaga em detrimento de todas as diferenças económicas, sociais, territoriais ou culturais, ao invés das originalidades se exprimirem e se fortificarem (Almeida, 1995). A realidade é variada e cada espaço tem as suas características e as funções que a partir daí lhe vêm

associadas. Neste seguimento, fará sentido não a uniformização, mas a criação de uma interdependência mútua e cooperativa entre os territórios, respeitando as particularidades de cada local para que possam ser complementares.

Para que esta segunda perspectiva seja funcional precisa de um conjunto de requisitos, que passam pelo ordenamento do território e por uma boa rede de mobilidade. O Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNOT) destaca algumas questões, como a expansão desordenada das áreas metropolitanas e o desajustamento da distribuição territorial e da qualidade de infraestruturas coletivas e públicas face a essa expansão e face a alteração estrutural das procuras sociais (Ferreiro et al., 2019).

O ordenamento do território é uma vertente fundamental neste domínio, revelando-se essencial a articulação com os vários agentes, numa visão multidisciplinar, para a formulação das Leis de Base da Política de Ordenamento do Território e do Urbanismo, dos planos regionais e municipais de ordenamento, entre outros instrumentos de gestão territorial. Entre os principais objetivos definidos nas LBOTU encontra-se a coesão territorial do país e a importância de atenuar as assimetrias regionais garantindo a igualdade de oportunidades, assim como racionalizar o povoamento, a implantação de equipamentos estruturantes e a definição das redes.

“Complexo não significa complicado. Complicado é o oposto de simples.” (Ferreiro et al., 2019: 56). Num sistema complicado as várias componentes interagem mas mantêm a sua integridade; num sistema complexo os componentes não podem ser independentes, porque complexo significa interdependência. Um sistema complexo é composto por unidades interagentes, de subsistemas também eles complexos, de tal maneira que podem rapidamente mudar a sua forma e função como resultado dessa interação (Ferreiro et al., 2019).

A dicotomia rural vs urbano parece assim inadequada à realidade contemporânea, uma vez que é contrária aos valores de solidariedade e interdependência entre os meios rurais e urbanos. Essa interdependência é necessária e importa estimular, no entanto o que tem acontecido é uma desconexão que tem prejudicado a formulação e concretização das políticas de desenvolvimento regional e local, nomeadamente em regiões rurais (Portela, 1997). A diversidade, inerente à realidade territorial, deve ser analisada de forma holística e integrada, tendo em conta os vários contextos locais e as várias componentes que proporcionam desenvolvimento.

Torna-se necessário distribuir os fluxos económicos concentrados nos espaços urbanos e descentralizar o foco de desenvolvimento, não só em zonas específicas, mas na totalidade das regiões, assegurando as acessibilidades e o bem-estar de todas as populações. Procura-se, portanto, uma forma de colmatar as desigualdades territoriais entre espaços urbanos e espaços rurais, que trazem consigo desigualdades económicas e sociais. A ideia de que é bom viver no campo, divulgada pelo marketing imobiliário e apoiada num sistema económico que lhe é favorável, alimenta e amplifica durante um certo tempo a transformação rural-urbano (Ferreiro et al., 2019). No entanto, torna-se necessário que essa correlação perdue no tempo e que as ligações ao rural não passem apenas por estadias provisórias, entre casas de férias e residências temporárias.

2.1.1. Desenvolvimento rural

A solução para atenuar essas disparidades pode passar pelo desenvolvimento rural pois, como o nome indica, pretende desenvolver as áreas rurais. É um conceito que pode ser considerado abrangente, dada a diversidade de aspetos presentes no mundo rural. Vários autores apontam para uma grande variedade de definições de desenvolvimento rural, alguns apresentam-no até como um conceito ambíguo, o que se deve ao facto de existirem áreas rurais muito distintas, consoante os recursos que têm presentes, as características da região onde se inserem e a proximidade de grandes cidades. A definição terá que ser ajustada a cada realidade e, conforme o contexto em que se inserem, deverão ser avaliadas as características e potencialidades de cada território, daí a importância do nível local.

A multiplicidade de quadros definicionais tem dificultado a operacionalização do desenvolvimento rural através de políticas, programas e projetos promovidos pelo governo (Diniz e Gerry, 2002) – o que indica que a política em Portugal é feita de forma substantivamente centralizada. Os municípios e as freguesias são estruturas instituídas da hierarquia de governação do sistema e, por isso, são fontes promotoras de formas de organização *top-down* (Ferreiro et al., 2019). No entanto, muitas vezes esta relação hierarquizada demonstra-se complexa e nem sempre os resultados são postos em prática de forma funcional. Dentro do sistema governativo nacional as autarquias são as mais próximas da população e desempenham um papel importante na comunicação e interligação entre os vários agentes, constituindo-se como facilitadores das interações sociais. O seu papel é nomeadamente importante nos meios rurais, em que as populações estão mais dispersas.

Com o objetivo de contemplar a abrangência e a operacionalização eficaz do desenvolvimento rural, Angela Kageyama (2004) propõe um IDR (Índice de Desenvolvimento Rural), composto por quatro índices parciais que contemplam as dimensões: populacional, económica, social e ambiental. Procura-se, com este indicador, contemplar a complexidade do desenvolvimento, desde as condições materiais às aspirações pessoais. A autora descreve o meio rural no Brasil, que acaba por revelar diversas semelhanças ao espaço rural europeu, nomeadamente no que toca à difusão da modernidade nestes espaços ao longo do tempo – as indústrias penetraram os espaços rurais, as populações começaram a obter outro tipo de rendimentos e reduziram-se as diferenças culturais entre o campo e a cidade (Kageyama, 2004). Esta mudança verifica-se essencialmente nas zonas periurbanas, que outrora tiveram traços rurais vincados, mas que têm alterado gradualmente os seus modos de vida. As áreas rurais mantêm maior conservadorismo e resiliência nas regiões mais afastadas das áreas urbanas (em Portugal, maioritariamente no interior), compostas por aglomerados populacionais de pequenas dimensões e dispersos entre si.

Enquanto as áreas urbanas agregam uma pluralidade de nacionalidades e culturas, as áreas rurais distinguem-se pelas tradições próprias de cada terra. Uma das suas especificidades é assim a heterogeneidade dos territórios, moldada por uma diferenciação entre zonas, tanto nas paisagens como nas culturas e costumes. Cada região apresenta um certo padrão comportamental, fruto de identidades culturais próprias e tradicionais. O abandono das áreas rurais, para além do despovoamento progressivo, causou uma crise dos valores identitários de cada região e a perda do sentimento de pertença (Cavaco, 2004).

Distinguem-se assim duas vertentes principais influenciadas pelo despovoamento das áreas rurais: uma económica – a perda do dinamismo económico das regiões, a decadência da oferta de comércio e serviços e dos rendimentos dos negócios existentes; e uma social – a perda dos laços comunitários, do sentimento de pertença e das tradições que se pensavam enraizadas.

Neste sentido, não se deve alimentar um isolamento entre o rural e o urbano, mas sim fomentar as redes mercantis, sociais e institucionais que se estabelecem entre o meio rural e o meio urbano adjacente. Assim, o ideal será uma combinação entre desenvolvimento endógeno e exógeno, isto é, entre impulsos locais baseados nos recursos disponíveis localmente e políticas de modernização implantadas, de forma a que os diferentes atores

regionais se envolvam num complexo de redes locais e de redes externas (Kageyama, 2004).

Diniz e Gerry (2014) distinguem três correntes da política regional que influenciaram as intervenções na problemática do desenvolvimento rural: a visão neoclássica associada ao liberalismo económico, a abordagem keynesiana e a perspectiva do crescimento endógeno. A visão neoclássica, de cariz liberal, atribui um papel marginal às questões espaciais e defende o livre funcionamento do mercado. Pelo contrário, a abordagem keynesiana defende um maior intervencionismo no funcionamento dos mercados, é estruturalista e tem fortes preocupações redistributivas. A terceira perspectiva surge como alternativa aos dois modelos dominantes.

A abordagem neoclássica surge nos anos 50/60 e volta a ganhar força nos anos 90. O modelo keynesiano predominou nesse intervalo, uma vez que o livre funcionamento do mercado causava alguns problemas a nível social e foi necessária uma maior regulação. A perspectiva do crescimento endógeno surge apenas na década de 80/90 e pode considerar-se menos fundamentalista, no sentido em que não abraça inteiramente nenhuma das teorias hegemónicas tradicionais, dá sim primazia aos recursos endógenos e ao poder local. O funcionamento do mercado poderá ser relativamente livre, mas complementado, estrategicamente, pela promoção de iniciativas socioeconómicas ao nível da comunidade local.

Segundo o modelo neoclássico, a acumulação de capital é a base do desenvolvimento e a desigualdade é vista como um mal necessário. O território deve ser visto como um todo, e, desta forma, o desenvolvimento regional vem por arrasto. Já a perspectiva keynesiana acredita que só havendo uma distribuição interterritorial equilibrada do valor acrescentado será possível aumentar a competitividade e a qualidade de vida a nível regional. A primeira foca-se no empresário e numa visão predominantemente economicista e produtivista; a segunda, apesar de se manter produtivista, tem uma vertente técnica e burocrática mais vincada. Na verdade, nenhum destes modelos conseguiu colmatar as assimetrias regionais, porque ambos têm associados problemas estruturais. No primeiro, a sua forma de funcionamento tem subjacente um desenvolvimento espacialmente e socialmente desigual devido à concentração do poder negocial num grupo restrito. No segundo, a criação de dinâmicas de um desenvolvimento dependente (baseado em subsídios estatais) e a aplicação de medidas inadequadas (tomadas sem contacto próximo com as realidades) dão origem às mesmas desigualdades.

A abordagem do crescimento endógeno surge como alternativa, tendo como enfoque os recursos locais, a especialização local de determinadas matérias-primas, produtos, força de trabalho e conhecimentos, com o intuito de aumentar a produtividade ao mesmo tempo que se preservam os valores e a cultura locais. Para além de atribuir uma importância singular a cada região em particular, promove a cooperação e o associativismo das comunidades, ou até parcerias e pactos regionais, havendo um complemento entre os produtos de cada zona. Implica, portanto, uma vertente solidária e cooperativa entre as várias entidades políticas, institucionais e empresariais de cada região.²

Esta perspetiva endógena poderá confundir-se com o modelo keynesiano quanto ao intuito redistributivo. No entanto, é de notar que no modelo keynesiano essa distribuição atua de cima para baixo, sendo institucionalmente implementada. No modelo endógeno, é incentivada a participação a nível local e os rendimentos serão distribuídos equitativamente como consequência. Isto é, se a produção for distribuída pelos vários territórios e não monopolizada, os rendimentos serão também redistributivos. Quanto à implementação de políticas, o modelo keynesiano privilegia os investimentos nas infraestruturas físicas e sociais, a deslocalização empresarial para as regiões menos favorecidas e a desconcentração espacial dos serviços públicos. O modelo endógeno concorda com a melhoria das acessibilidades, mas enfatiza a exploração sustentável dos recursos locais – físicos, humanos, culturais e patrimoniais – através de políticas mais adaptadas às condições de cada local, com maior autonomia a nível local para implementação de medidas.

Apesar do potencial da conceção endógena, é de reconhecer as suas fragilidades. A capacidade da economia regional de enfrentar os desafios do seu ambiente externo é ainda muito limitada, daí a importância de encontrar parcerias regionais e complementos aos produtos-base, diversificando o leque de recursos.

Portugal limitou-se a transpor a legislação europeia para a nacional, sem pensar numa estratégia integrada e adaptada à especificidade nacional (Carneiro, 2005). Revela-se essencial alocar fundos próprios para o desenvolvimento local em meios rurais, para que o espaço rural (80% do território português) seja tratado com a individualidade e especificidade que merece e necessita (Albino, 1998, citado em Carneiro, 2005). Paralelamente, existe uma tendência a generalizar os problemas mais comuns das áreas

² Consultado em Diniz e Gerry (2014): Quadro 14.1 - Desenvolvimento regional: tipologia dos principais paradigmas/influências analíticas e quadros operacionais

rurais, assumindo que estes são homogêneos e omitindo que existem situações complexas e variadas, que estão muito longe dessa homogeneidade (McDonagh, 1998 citado em Armas e Macía, 2015). Muitas das políticas europeias (como algumas medidas pós-produtivistas no âmbito da PAC) não funcionaram porque o espaço rural europeu foi tido como homogêneo (Diniz e Gerry, 2002). Os espaços rurais são heterogêneos e as medidas adotadas terão que ser analisadas a nível local.

Os autores (Diniz e Gerry, 2002) apresentam assim dois caminhos que o desenvolvimento rural pode seguir: uma exogeneidade divergente – que acabaria no abandono destas áreas; ou uma endogeneidade condicionada – que defende a afirmação pró-ativa do meio rural, dos seus interesses, valores e práticas. A trajetória alternativa, que acaba por ser uma combinação das duas anteriores e que se verifica nos dias de hoje, passa por uma exogeneidade convergente, que perspetiva a absorção passiva e adaptada do meio rural pelo território, interesses, valores e práticas do complexo industrial-urbano.

O cenário ideal seria, portanto, uma espécie de combinação entre o melhor dos dois mundos. O problema que se torna evidente no modelo ocidental é que os interesses externos acabam por determinar o destino dos territórios, nomeadamente dos territórios rurais. Seria preferível um desenvolvimento a partir do aproveitamento dos próprios recursos, tanto naturais, como humanos e culturais, havendo uma diversificação de atividades e incentivos à iniciativa e ao empreendedorismo local.

A industrialização e especialização de certas atividades são importantes e os aumentos de produtividade não deixam de ser um objetivo, porque o crescimento económico continua a ser um dos pilares do desenvolvimento, não pode é ser o único. Há todo um conjunto de questões sociais, humanitárias e identitárias que devem ser tidas em conta e que promovem desenvolvimento e qualidade de vida. Assim, pode-se dizer que, embora o modelo endógeno deva afirmar-se, a conceção exógena não pode ser completamente posta de lado. Acaba por ter um papel relevante, não numa perspetiva de dependência, mas numa perspetiva de complementaridade.

2.1.2. Aproveitamento dos recursos e diversificação de atividades

A agricultura é considerada o elemento fundamental das zonas rurais, não só por ser a principal atividade económica, que gera os níveis de produtividade ou os rendimentos obtidos, mas também pelo importante papel que desempenha na preservação do ambiente, da paisagem e do património rural. Para além disso, reúne um conjunto de potencialidades características de cada território e definidores de identidade (Cavaco, 2004). Os diferentes

tipos de solo de cada região definem paisagens agrícolas e produtos diferenciados, que se tornam característicos da região de onde são originários, juntamente com a forma como são trabalhados e aproveitados. Antigamente a terra era vista como a fonte de riqueza. Hoje, é fora da terra, da agricultura e da aldeia que se ganha a vida e que se gera riqueza. Porém, mantém-se bem firme a noção de que a terra é uma garantia de segurança e estabilidade e reconhece-se o seu valor de complemento no orçamento familiar (Portela, 1997).

Pode-se então assumir o campo como detentor de uma oferta diversificada de bens e serviços económicos, quer de natureza mercantil quer pública, tornando-se necessário concretizar estratégias territoriais favoráveis à sua conservação e valorização (Cordovil, 1997). Neste sentido, manter a segurança e qualidade dos produtos agrícolas e integrar os objetivos ambientais da gestão dos campos devem ser uma prioridade, assim como reconhecer a agricultura como atividade económica que cria emprego e que promove a coesão económica e social de diferentes territórios. Portanto, torna-se essencial apoiar o desenvolvimento rural nas zonas mais dependentes da agricultura, visando a diversificação da produção e a revitalização económica, social e cultural (Cavaco, 2004).

Como referido, uma das vantagens dos espaços rurais é a multiplicidade de recursos e paisagens. O seu desenvolvimento deve passar não só pela agricultura, mas também por atividades ligadas à floresta, a indústrias pouco exigentes em recursos e ao turismo (rural, cultural ou ecológico). A população, ao trocar o campo pela cidade, fez com que a vertente agrária perdesse a sua força produtiva, uma vez que se afirmava como a principal atividade económica nas áreas rurais. Passaram a ser valorizadas outras funções nestes espaços: paisagística, turística e ecológica (Kageyama, 2004). Verificou-se uma diversificação das fontes de rendimento e um aumento da pluriatividade. A prevalência de políticas pró-ativas de investimento, nomeadamente o investimento público que tenha em conta as infraestruturas e os recursos humanos, irá favorecer o desenvolvimento de uma economia diversificada e a coesão do território.

A diversificação de atividades em espaço rural é condição necessária para uma política agrícola bem-sucedida, que não exclua pessoas e territórios e não crie espaços devolutos em risco de despovoamento e abandono. (Cavaco, 2004: 108)

Esta deve ser uma política trabalhada em coletivo, com o intuito de propiciar um enquadramento favorável à iniciativa socioeconómica que crie oportunidades, poder de compra, que facilite o funcionamento do mercado a nível local e regional e, consequentemente, que retenha a população nos territórios rurais. Covas (2004, citado em

Cavaco, 2004) sugere que um “triângulo mágico do desenvolvimento rural” envolveria: diversidade da agricultura, multifuncionalidade de prestações da exploração agrícola e do agricultor e a diversificação das atividades.

A diversificação de atividades é uma forma de potenciar a pluralidade de recursos que os territórios oferecem, tanto naturais como culturais. Contribuirá também para a preservação das paisagens e para o fomento da economia através da criação de postos de trabalho e de novas fontes de rendimento. Em contraste com os espaços urbanos, os espaços rurais podem ser áreas valorizadas não tanto pelos elevados níveis de produtividade, mas pela diferenciação de produtos que contribuem para a qualidade de vida e que vão ao encontro dos interesses de um amplo conjunto de consumidores. A agricultura continuará a ser o eixo central do desenvolvimento rural, até porque é uma das vertentes que mais o enriquece, só não será a única atividade existente.

Na atual sociedade de informação, as áreas rurais dispõem de diversas possibilidades de atenuar o declínio económico e social, uma vez que são disponibilizadas alternativas às distâncias físicas dos grandes polos comerciais e populacionais. A desterritorialização de certas atividades e a possibilidade de as realizar em qualquer sítio abriu novas oportunidades às regiões postas à margem. As áreas rurais podem agora receber a população que exerce a sua atividade laboral num escritório, que não tem que estar localizado necessariamente numa cidade, o que poderá contribuir para fixar a população nesses territórios (Armas e Macía, 2015). A situação pandémica e o confinamento vividos nos últimos tempos reforçaram essa possibilidade, revelando que as novas tecnologias podem diluir a delimitação entre o local de trabalho e o local de residência.

A internet e a nova sociedade de informação poderão, desta forma, impulsionar a revitalização das áreas rurais, permitindo a comercialização dos produtos a uma escala maior, uma vez que a quantidade de pessoas que passam pelos lugares mais recônditos é limitada. Para isso, será necessário capital humano que saiba retirar benefícios da tecnologia. As novas tecnologias e as redes de telecomunicações difundiram-se, os fluxos de informação e as acessibilidades chegaram a praticamente todo o lado e as distâncias físicas diminuíram. No entanto, muitos territórios continuam à margem deste processo, o que provocou um “fosso digital”. No início, este teve dois fatores associados: as infraestruturas necessárias para aceder à internet não chegavam a todas as áreas ou, apesar de terem acesso, a internet não era utilizada porque as pessoas não tinham conhecimento de como os aparelhos funcionavam e não lhes reconheciam utilidade (Armas e Macía, 2015). Atualmente, a grande maioria da população já tem acesso à internet e até já sabe

como utilizá-la, agora a distinção está entre os utilizadores básicos e os que consomem serviços avançados (comércio, teletrabalho, formação online...). As tecnologias de informação e comunicação podem assim desempenhar um papel fundamental nos processos de desenvolvimento das áreas rurais mas, para isso, é preciso que todos tenham acesso a esses equipamentos.

2.1.3. Descentralização e coesão territorial

Tendo em conta, por um lado, todos os recursos e potencialidades que o espaço rural oferece e, por outro, as desigualdades de desenvolvimento entre os vários territórios, surge agora a necessidade de encontrar possíveis soluções para inverter as disparidades, potenciar as zonas rurais e integrar os territórios. As áreas rurais, muitas vezes olhadas de fora como lugar de descanso e tranquilidade, deverão antes ter feedbacks apoiados numa economia agrária que ofereça vantagens aos proprietários e trabalhadores, e referentes a um sistema social mobilizado e participativo. As pessoas precisam de acreditar que estas zonas não diminuem o número de oportunidades nem a qualidade de vida, pelo contrário, podem até potencializá-las. Para isso, é necessário criar condições nestes territórios que possibilitem a sua dinamização e atratividade.

As preocupações futuras deverão passar pela existência de infraestruturas e de serviços de qualidade, mas também pela dignificação das condições de vida e de trabalho em meio rural. A agricultura precisa de ser desenvolvida e, para isso, é também necessário rejuvenescer a população e as organizações agrícolas e integrá-las nos moldes sustentáveis do novo século. A formação e qualificação tanto dos trabalhadores como dos investidores será essencial e contribuirá para fortalecer a diversidade dos modos de produção e dos tipos de cultura. A certificação da qualidade dos produtos alimentares e a recriação da pluriatividade e do plurirrendimento deverão também ser potencializados e as suas vantagens divulgadas, de modo a que se tornem atrativas à população e assim possam dinamizar a atividade agrícola (Cavaco, 2004).

A Declaração de Cork (2016) define os princípios para uma política de desenvolvimento rural, um desenvolvimento que não deve ser difuso ou generalizado, mas aplicado a nível local. Para além disso, deve ser visto como um processo dinâmico, não padronizado, sendo necessária uma constante adaptação à evolução das potencialidades que o território e a comunidade nele inserida oferecem. O ordenamento do território será assim uma peça fundamental para sustentar este desenvolvimento a médio-longo prazo.

Quanto à questão da descentralização, para Fernandes (2005, citado em Esteves, 2009) o conceito de centralização corresponde à concentração da responsabilidade e do poder no Estado ou no topo da administração pública, cabendo às restantes estruturas da administração apenas a função de executar as diretivas e ordens do poder central. Os autores apresentam as vantagens e desvantagens da centralização: se por um lado garante a unidade da ação do Estado e da coordenação da atividade administrativa, por outro, provoca uma demora prolongada dos processos de tomada de decisão e ineficácia na prossecução das medidas. Este processo leva a que as medidas sejam aplicadas uniformemente e a que se adote uma certa impessoalidade nas tomadas de decisão, sem ter em conta as particularidades e as diferenças entre territórios, pelo que muitas políticas e programas acabam por não funcionar porque não são adequados aos contextos locais em específico. A descentralização permitirá uma maior proximidade entre quem toma as decisões e quem as aplica, permitindo uma maior adequação da administração pública na resolução de problemas locais e uma melhor avaliação dos resultados obtidos. Consequentemente, permitirá uma adaptação do ritmo e do tipo de implementação das normas ao contexto local e a economização de custos e de tempo nos circuitos burocráticos.

Pinhal (2004, citado em Esteves, 2009) identifica as autarquias como pessoas coletivas públicas, dotadas de poderes públicos e de legitimidade democrática para a conceção e execução das políticas públicas. Podem assim participar nos processos de decisão e na construção dos planos das intervenções. “A capacidade de auto-organização dos sistemas expressa-se quando as ações locais e interações entre os indivíduos são a fonte de organização do sistema a um nível superior.” (Ferreiro et al., 2019: 57)

Como referido, Portugal é um país marcado por um forte centralismo governativo. A territorialização das políticas públicas pode promover um aprofundamento democrático, uma vez que a resolução de problemas assenta numa governança com políticas de proximidade (Ferreiro et al, 2019). Para isso, é necessário que as autarquias e as entidades intermunicipais sejam vistas como atores principais de ação política.

Num sentido mais lato, a descentralização da administração pública não deve ser encarada apenas como um expediente “técnico e utilitário” para a melhoria da eficácia e eficiência, ela deve servir também o aprofundamento da democracia ao permitir uma maior participação dos cidadãos na definição do bem comum e dos interesses locais. (Esteves, 2009: 21)

Para além das autarquias a nível institucional, é necessário chegar à população em concreto. O poder local revela potencial no sentido em que chega mais facilmente às pessoas, mas para que seja funcional é necessário que haja uma relação direta com a comunidade. A auscultação e envolvimento das populações locais na definição de políticas tem sido um aspeto desenvolvido e cada vez mais tido em conta, que veio espoletar no desenvolvimento local (conceito que será abordado no próximo subcapítulo).

Segundo a OCDE (1995, citado em Kageyama, 2004), a integração económica das zonas rurais passa por reforçar a identidade da esfera local e por religar atores e atividades de maneira a formar circuitos que permitam melhorar as relações com o exterior da região. O desenvolvimento rural e o desenvolvimento urbano devem ser considerados processos complementares, em vez de competidores por recursos limitados. A dinamização das cidades mais pequenas será fundamental para que as áreas rurais, maioritariamente presentes nas aldeias envolventes a essas cidades, possam integrar os mercados mais abrangentes e assim envolver o que é produzido nestas áreas. A criação de um processo de industrialização endógeno e descentralizado torna possível gerar um mercado local de produtos diversificados. As áreas periurbanas, por sua vez, poderão também ser destacadas como espaços de interface de diferentes dinâmicas e influências decorrentes dos vários subsistemas (Ferreiro et al., 2019). Apesar de ainda não se verificar uma mudança significativa, já se verificam algumas medidas de descentralização, como a realocação de atividades manufatureiras das grandes cidades para zonas intermédias (semirrurais), o que potenciou a deslocação de outros serviços e de maior acessibilidade a certos espaços propiciadores de emprego fora das concentrações urbanas (Diniz e Gerry, 2002).

Além das áreas periurbanas, distinguem-se os polos regionais como espaços de interface. Aparte da litoralização das duas áreas metropolitanas, Portugal divide-se por várias regiões, cada uma delas com um polo urbano central, a partir do qual se gera o “sistema nervoso” da região. As áreas rurais integram essas redes urbanas intermédias, que podem ser mais ou menos densas. Os serviços e comércio da região concentram-se normalmente nesses polos urbanos, onde reside também a maior parte da população, por serem zonas com acessibilidades mais facilitadas. Nestas cidades de menores dimensões a agricultura continua a ser um eixo estruturante, mas já não é a principal fonte de sustentação do emprego e do rendimento, pois há maior oferta do setor terciário. Estes centros urbanos regionais podem assim ser considerados espaços de convergência das necessidades, aspirações e atitudes entre residentes de áreas rurais e de áreas urbanas

(Cordovil, 1997). Funcionam como espaços de entreposto entre produtos, bens e pessoas, constituindo-se como intermédio das relações urbano-rurais. O problema surge quando a dispersão pelo território é tão elevada que, mesmo assim, as aldeias ficam muito distantes destes pontos de encontro, sendo difícil aceder a recursos e oportunidades.

É necessária a correção dos desequilíbrios territoriais numa perspetiva de coesão económica e social de combate à desertificação (MCAOT: Estratégia Nacional de Conservação e Desenvolvimento Sustentável, 2002). É preciso inverter a ideia de que a atração está nos centros urbanos, considerados motores do desenvolvimento. Para isso, é necessário descentralizar os fluxos económicos e criar redes relacionais entre o campo e a cidade, estas sim podem ser consideradas alavancas do desenvolvimento para todos os territórios e não apenas para alguns. Os centros urbanos vão continuar a funcionar como nós da rede, mas seriam mais dispersos e estariam suportados por infraestruturas funcionais que permitam facilidade de acessos a zonas rurais e que permitam também a fixação de equipamentos públicos a todas as regiões. No que se refere aos movimentos económicos, a competitividade e a cooperação devem rumar em direção a sistemas integrados de policentricidade equilibrada, baseadas em redes de transportes eficientes e em parcerias urbano-rurais. Deste modo, as cidades funcionariam como a força motriz do desenvolvimento regional, desempenhando a função de interface intra e inter regional e estimulando o crescimento das aldeias em seu redor (Diniz e Gerry, 2002). Por vezes é necessário tomar o território como conceito base, enquanto meio e recurso para garantir continuidades, articulações e a densidade material dos espaços económicos (Carneiro, 2005).

O desenvolvimento dos dias de hoje passa pela multifuncionalidade e pela oferta diversificada, pois a conceção de bem-estar e de qualidade de vida são cada vez mais abrangentes. As parcerias entre os vários agentes económicos e sociais poderão construir uma oferta mais completa e contribuirão para o reforço da coesão territorial. Neste sentido, o desenvolvimento rural passa também por melhorar as condições de vida dos residentes das áreas rurais através de processos que respeitem e articulem os seguintes princípios: eficiência económica, equidade social e territorial, qualidade patrimonial e ambiental, sustentabilidade, participação democrática e responsabilidade cívica (Cordovil, 1997). Deverá ter na sua base o desenvolvimento humano, incluir o capital físico, natural e social das comunidades e deverá ser levado a cabo sob o controlo das coletividades locais e responder aos interesses a longo prazo da comunidade em questão. Para além disso, deve haver a preocupação de preservar as características rurais, a partir

das quais se podem desenvolver atividades, utilizando essencialmente os recursos locais mas também os recursos externos (Le Roy, 1997 citado em Carneiro, 2005).

Os investimentos devem ter em conta os recursos locais, naturais e humanos do território em que são implantados. A inovação, aliada ao aproveitamento dos recursos que a região oferece, é o ponto de partida para a reestruturação progressiva das economias locais. O desenvolvimento rural implica, portanto, a criação de novos produtos e novos serviços, associados a novos mercados. Será preciso descobrir e aproveitar as novas trajetórias tecnológicas de modo a conseguir a redução de custos e a atratividade dos produtos – desenvolvimento rural como um processo multinível, multiatores e multifacetado (Kageyama, 2004). A. Santos Silva (1993, citado em Portela, 1997) considera três novas atitudes essenciais: a globalização da questão rural, uma aguda sensibilidade às oportunidades atuais de desenvolvimento rural e novas metodologias que combinem princípios de integração, endogeneidade e participação local.

2.2. Desenvolvimento Local

Este capítulo abrirá portas à dinamização social e comunitária do território, primeiramente posicionando o conceito de desenvolvimento local entre o paradigma territorialista e a teoria funcionalista e, seguidamente, definindo o conceito. Será também desenvolvido o conceito de associativismo, procurando explicar como se poderá constituir como uma forma de desenvolvimento local. Por fim, será referido o caso de Vila Nova de Foz Côa, em que o desenvolvimento local foi colocado em prática, mas acabou por não seguir as direções desejadas uma vez que não foram cumpridos os critérios metodológicos na operacionalização do conceito.

2.2.1. Entre o paradigma territorialista e a teoria funcionalista

O conceito de desenvolvimento local baseia-se no paradigma territorialista do desenvolvimento regional, a teoria predominante no pós-guerra sobre o desenvolvimento regional, direcionada para a construção de polos de desenvolvimento.

A teoria funcionalista diz-nos que se numa região houver desigualdade dos níveis de desenvolvimento, isto é, se uns estiverem notoriamente mais desenvolvidos do que outros, deve-se criar um conjunto de polos ou centros urbanos que assegurem as principais funções da região (como o centro de ensino, de saúde, de economia e de decisão política). Esses centros vão ter um efeito de alargamento a áreas maiores, como um efeito

de radiação do desenvolvimento, centrífugo (do centro para a periferia). Já os autores do paradigma territorialista contrariam esta ideia funcionalista, dizendo que não há um efeito centrífugo, defendem sim o desenvolvimento dos territórios e a sua diversidade, não dependendo do centro.

Esta perspectiva vai ao encontro do desenvolvimento regional endógeno, uma teoria que conta com o contributo de autores como Stohr (1981) ou Friedmann (1979), e explica a transição paradigmática do desenvolvimento regional, baseado na identidade territorial, na iniciativa local, na inovação regional e na mobilização integral de recursos. Este debate contemporâneo sobre descentralização e regionalização pode oferecer condições favoráveis ao aprofundamento de perspectivas para a promoção da inovação nas políticas públicas centrais, regionais e locais para o desenvolvimento local (Henriques, 2020).

O Tratado de Lisboa (2007) foi a forma institucional que concretizou a coesão territorial ao associá-la à territorialidade das políticas públicas, sistematizando a ideia de que o desenvolvimento só é desenvolvimento quando acontece a nível local. Neste seguimento, houve um reforço da ação das autarquias locais e da perceção do seu papel na sociedade contemporânea. No entanto, a política nacional continua a ter um papel centralizador e permanece a ideia de que o desenvolvimento dos territórios rurais depende do desenvolvimento das principais concentrações urbanas, em vez de se verificar um investimento ao nível local.

Assim, a coesão territorial acontece quando todos têm direito, independentemente do sítio onde vivem, de ter acesso a todos os bens e serviços. As áreas rurais de baixa densidade têm vindo a sofrer constantes mutações, oriundas de modelos de desenvolvimento e políticas setoriais. Como já referido, é preciso mudar a forma como olhamos para o espaço rural e inovar as estratégias de desenvolvimento nestes espaços – a revitalização do mundo rural passa por intervenções diretas junto das comunidades locais. (Reis, 2012).

O desenvolvimento local foi uma abordagem inovadora, no sentido em que identificava os efeitos negativos da lógica economicista e refutava os efeitos centralizadores das dinâmicas espontâneas do mercado e das políticas de natureza funcionalista (*top-down*) e as consequentes desigualdades socioespaciais. O desenvolvimento local propõe, portanto, uma abordagem descentralizada do desenvolvimento, a partir de uma perspectiva *bottom-up*, isto é, a partir das respostas organizadas pelas comunidades locais, da mobilização dos seus interesses e capacidades próprias. Perante esta abordagem, os territórios, social e culturalmente diferenciados entre

si, deixam de ser meramente recetores de industrialização, e passam a transformar as estratégias a partir dos atores locais com o apoio das parcerias locais e exógenas (Ferreira e Raposo, 2017).

2.2.2. Definição do conceito

O desenvolvimento local refere-se à atuação num determinado território, incluindo a respetiva comunidade local e as suas capacidades – o desenvolvimento local acontece quando estes fatores se relacionam, na medida em que a própria comunidade, possuindo autonomia e empoderamento, faz uso das potencialidades do território num processo interativo de desenvolvimento. Interativo porque não se realiza de modo espontâneo, produz-se graças a um esforço voluntário que necessita de ser apoiado e acompanhado (Nóvoa, 1992, citado em Almeida, 2015).

Segundo Lemos (2013), o desenvolvimento local é definido como um projeto de transformação social que resulta de um conjunto de fatores que têm uma ligação íntima com a cultura em diferentes dimensões: política, económica e social. Depende, portanto, das relações, conflitos, da cooperação, do planeamento e da visão estratégica que se estabelece entre atores de um determinado território, na prossecução de um objetivo comum. O conceito nasceu nos anos 80, visando transformar as condições de vida das comunidades territoriais de pequena dimensão, com o objetivo de responder às necessidades não satisfeitas da comunidade, mobilizando preferencialmente as capacidades e recursos locais, numa dinâmica e pedagogia de participação democrática que reforça a ação da própria comunidade.

Por comunidade não se deve entender um simples aglomerado de pessoas. O facto da comunidade local estar associada a um determinado lugar não significa que haja uma delimitação na formação dessa comunidade, até porque as pessoas vão deixando uns lugares e acolhendo outros. Além disso, um local não se delimita apenas pela sua geografia, mas também pelas relações das suas populações, nas vertentes económica e social (Almeida, 2015). No conceito de comunidade existe uma teia específica de relações que dão forma e dinâmica ao grupo. A cultura é o elemento agregador, pertencente a todos os elementos do grupo, herdada socialmente, passa de geração em geração, o que lhe confere um carácter dinâmico. (Lemos, 2013).

O desenvolvimento local deve, portanto, ser visto como um processo plural que integra as componentes económica, social, cultural, ambiental e política. Essa pluralidade deverá materializar-se através de uma atuação ao nível de cada território (Albino, 1997),

isto é, o desenvolvimento é algo complexo e multidimensional, que depende essencialmente da participação ativa de todos os atores locais, e deve ser acompanhado por uma adaptação permanente às realidades de cada local e à respetiva população. O conceito surge muitas vezes associado ao desenvolvimento comunitário, que implica uma participação ativa dos membros da comunidade local, de forma a tornar o processo de desenvolvimento o mais equitativo e sustentável possível, aproveitando os meios existentes e potenciando a sua utilização, visando sempre uma maximização dos recursos disponíveis a nível local, revelando-se assim como forma de corrigir as desigualdades existentes no país aumentando as oportunidades a partir deste nível (Gouveia, 2009 citado em Almeida, 2015). O autor define três pontos fulcrais para a prossecução do desenvolvimento local sustentável: uma visão sistémica do desenvolvimento, uma coesão social e de solidariedade cultural e, por fim, uma atividade económica plural. Estes três pilares não devem estar desagregados do planeamento estratégico, do recurso a diferentes fontes de financiamento, da integração das populações nos processos de tomada de decisão e de uma solidariedade global.

Entre as várias exposições dedicadas ao desenvolvimento local, destacam-se pontos em comum que passam pela busca de qualidade de vida, de sustentabilidade e de equidade e inclusão social através de processos endógenos, isto é, processos que passem pelo aproveitamento dos recursos e capacidades locais. A proximidade e a partilha de identidade e cultura comuns fazem com que a comunidade de um determinado território se mobilize, criando formas de organização popular e sinergias em volta de uma solidariedade coletiva. Além disso, o desenvolvimento local é um processo que deve ser feito com o apoio fertilizador de recursos externos (desde que não se sobreponham aos recursos endógenos) e que exige uma lógica de trabalho em parceria, isto é, em articulação com as várias entidades responsáveis pelo território, tendo presente uma perspetiva integrada dos problemas, das respostas e dos resultados. Prevê, portanto, uma capacidade de iniciativa e de ação coletiva.

Sendo uma forma de desenvolvimento alternativo, isto é, que rompe com a noção tradicional do desenvolvimento baseada no crescimento económico e na modernização, o desenvolvimento local promove a adoção de estratégias *bottom-up*, ou seja, coloca as pessoas e as comunidades locais como elementos centrais do processo de desenvolvimento, sendo então o desenvolvimento local o exercício pleno da cidadania e o resultado de uma participação ativa de todos (Amaro, 2003).

A crescente desilusão com o modelo de desenvolvimento baseado no crescimento económico tem contribuído para novas abordagens mais centradas nas dimensões social, ambiental e cultural. Cada território deverá ter a capacidade de ser ele próprio agente nesse processo de desenvolvimento, uma vez que os laços de proximidade e de identidade facilitam a mobilização social para a mudança (Lemos, 2013). Segundo a autora, a cultura será um dos principais impulsionadores das dinâmicas de desenvolvimento local, na medida em que é através da cultura partilhada que se desencadeiam mecanismos de identidade, de práticas sociais, valores, regras partilhadas e de mecanismos de pertença. Cultura e desenvolvimento encontram-se assim intimamente interligados, uma vez que o sucesso de qualquer projeto de desenvolvimento depende do conhecimento do contexto cultural de cada território, que deve ser tido em conta nos respetivos planeamentos. Embora os efeitos da globalização tendam para uma assimilação cultural, os traços culturais próprios de cada local conferem-lhe a sua identidade e podem ser propiciadores de dinâmicas sociais e culturais características e inovadoras que fomentam a atratividade dos territórios e o seu desenvolvimento.

A importância do poder local no desenvolvimento económico e na consolidação democrática em Portugal é hoje bastante consensual entre os protagonistas políticos, a academia e o público em geral (Ferrão e Delicado, 2017). Portela (1997) nota uma exigência de mudança em direção ao nível local que passa por vários fatores. Primeiro, o aproveitamento das potencialidades económicas, relacionado com a valorização do potencial endógeno e a comercialização dos produtos locais, em substituição do comércio globalizado, centralizado nas concentrações urbanas. Outro fator relevante é precisamente a identidade cultural, relacionada com a importância do património e das tradições na identificação e definição de um território. Além disso, este segundo fator promove o sentimento de pertença, que é fundamental para a fixação das pessoas nos territórios, nomeadamente os que tendem a perder população. O espírito de comunidade e entreatajuda contribui para a inclusão dos residentes, e é nesse sentido que entra o próximo fator – o dinamismo associativo. São as associações que proporcionam esses valores em comunidade e a formação de uma identidade coletiva, ao realizarem atividades que exijam a participação voluntária dos residentes em cooperação e em convívio uns com os outros por uma mesma causa, seja ela solidária, desportiva ou cultural. Estas instituições surgem então como forma de unir as pessoas, de integrá-las na sociedade e de aproximá-las para o alcance de finalidades não apenas individuais, como também

comuns a toda a comunidade, sendo os seus objetivos e áreas abrangidas bastante diversificados (Lacerda, 2012 citado em Almeida, 2015).

Segundo Amaro (2009), o desenvolvimento local corresponde a uma perspetiva metodológica de abordagem dos processos de desenvolvimento, centrando-os na comunidade local e no seu território. O autor define o conceito como um processo de mudança que pretende conduzir à melhoria do bem-estar das condições de vida da população de uma certa comunidade territorial através da existência de uma identidade comum, capaz de mobilizar solidariedades de ação coletiva e com pretensões a uma autonomia de afirmação do seu destino. A mobilização pretende dar resposta às necessidades da comunidade, a partir das capacidades locais, o que implica a adoção de metodologias participativas e do empoderamento da própria comunidade, do ponto de vista individual e coletivo. Os recursos exógenos serão vistos como meios para mobilizar e fertilizar os recursos endógenos, não procurando substituí-los, adotando-se uma perspetiva integrada na abordagem dos problemas e das respostas. Exige assim uma lógica de trabalho em parceria e articulação entre os vários atores, agentes e instituições que de alguma forma estão presentes no território. Pretende-se um desenvolvimento que exerça impacto em toda a comunidade, segundo uma grande diversidade de processos, dinâmicas e resultados.

É, no entanto, de referir que o desenvolvimento local comporta algumas implicações metodológicas, fundamentais para a ação comunitária, entre as quais: a territorialização ou enraizamento na comunidade, o que implica pertencer à comunidade ou ser-se reconhecido e aceite por ela; a participação e envolvimento ativo na comunidade; uma visão integrada dos problemas e das soluções; o trabalho em parceria entre as várias instituições presentes; a flexibilidade das ações e dos caminhos a percorrer; o planeamento das ações, recorrendo ao improvisado sempre que necessário; a avaliação permanente, para correção e flexibilização sempre que preciso; a adoção de uma perspetiva contínua de investigação-ação, atuando permanentemente de forma interativa; e, por último, a conjugação de competências éticas, relacionais e técnicas (Amaro, 2018). As organizações associativas deverão ter presente e procurar seguir este conjunto de critérios, de modo a que a sua ação se reflita em progressos sustentados e sustentáveis para a comunidade.

2.2.3. Associativismo

O pós 25 de abril abriu portas à expressão comunitária – verificou-se a luta de cooperativas por emprego, melhores condições de habitação e dos serviços. Nas décadas de 70 e 80 surgiram várias organizações da sociedade civil que se assumiram no seio do desenvolvimento local e que acabaram por contrariar os efeitos centralizadores da visão mais economicista e tecnocrática do desenvolvimento (Lacerda, 2012).

A associação é uma tradução em atos do princípio de solidariedade que se expressa pela referência a um bem comum, valorizando pertenças herdadas, no caso da solidariedade tradicional, ou pertenças construídas, no caso da solidariedade moderna filantrópica ou democrática. (Chanial e Laville, 2009: 21)

Segundo Coelho (2007, citado em Almeida, 2015) as associações são organizações, geralmente sem fins lucrativos, que consistem na reunião de um conjunto de cidadãos em torno de um objetivo social devidamente constituído e regulamentado, sendo que os seus membros permanecerão na associação enquanto o fim para que esta foi criada lhes for útil. As associações são compostas por diversos órgãos e são regidas por estatutos e regulamentos internos, onde a ação individual e coletiva é espartilhada nos respetivos documentos (Almeida, 2015). Estas organizações constituem-se como formas de cooperação, essencialmente à base do voluntariado, que reúnem as comunidades em prol de objetivos comuns. As pessoas começam por aderir seguindo uma certa consciencialização cívica e uma necessidade de participar em algo que é coletivo e acaba por criar-se uma interdependência num projeto comunitário em que todos saem a ganhar. Para além da prossecução de ações práticas para a comunidade, fortalecem-se laços de amizade e reciprocidade e promovem-se as capacidades individuais de cada um, conhecidas como *soft skills*.

Associações ou Iniciativas de Desenvolvimento Local (ADL / IDL) são reconhecidas principalmente no campo do apoio a grupos sociais desfavorecidos. Promovem iniciativas e projetos de ordem social, económica e cultural e incentivam a participação cívica e a coesão social. De um modo geral, intervêm na comunidade local ou na região, mobilizam as pessoas e os agentes para intervenções mais alargadas, promovem o estudo das potencialidades e recursos do território, dinamizam iniciativas de carácter económico, social, cultural e ambiental, executam projetos de educação e formação, gerem programas nacionais e europeus (Brás, 2000, citado em Monteiro, 2004). As IDL compõem um universo complexo e diverso de orientações programáticas, a partir do qual derivam diversas formas de condução da intervenção social, desde o apoio aos mais

desfavorecidos, à integração de certos grupos sociais ou simplesmente à exploração de certos tipos de arte, cultura, política ou religião.

As associações desempenham uma ação fundamental no desenvolvimento, a partir das comunidades locais. É importante que os projetos sejam realizados com o apoio das pessoas e com a sua aprovação, de modo a aumentar o sentimento de pertença e de empenho das mesmas (Lacerda, 2012). Neste sentido, as associações funcionam como um porta-voz da sociedade civil, sendo um ponto de interligação entre a sociedade e o Estado. Exercem um papel significativo, na medida em que transferem para o domínio público os problemas que afetam os cidadãos ao nível privado, isto é, pela ação das associações esses problemas tornam-se problemas sociais que passam a ser debatidos na esfera pública. Revelam-se, portanto, mecanismos que contribuem para a democracia participativa e que têm efeitos significativos na gestão política local (Lemos, 2013).

O Estado não deve ser o único ator promotor de condições sociais, deve sim promover iniciativas *bottom-up* e tem um papel fundamental na prossecução das mesmas. Uma vez que estas são expostas como sendo sem fins lucrativos, o Estado deverá, por um lado, fiscalizar e garantir que os fundos solidários não sejam desviados dos interesses comunitários, mas também apoiar e incentivar este tipo de projetos que contribuem para a inclusão social e para o exercício da democracia. O Estado deve então ser promotor de dinâmicas de desenvolvimento local e de novas formas de economia solidária, abrindo espaço para a colaboração e para parcerias, de forma a definir objetivos e orientações concertadas entre os vários atores. O que muitas vezes acontece é que os objetivos estruturados e as parcerias estratégicas e instrumentais sobrepõem-se aos princípios de comunidade e participação. Muitas vezes são as direções de cada organização que definem as orientações de forma autónoma e isolada, é necessário fomentar um debate aberto, conferindo voz à comunidade, para que possa participar na definição das orientações, na condução dos objetivos e na determinação das estratégias de intervenção (Monteiro, 2004). Só assim serão verdadeiramente organizações sociais e comunitárias com contributo para o desenvolvimento local, de outro modo serão apenas mais uma forma de condução de interesses particulares.

As ADL serão, portanto, um meio fundamental na criação de uma ponte entre o Estado e a comunidade. O representante do lado do Estado mais próximo são as juntas de freguesia, daí a importância de uma articulação entre as autarquias e as associações. Ao poder público compete regular e definir orientações políticas e programáticas; às ADL compete gerir eficazmente a planificação das execuções locais (Monteiro, 2004). Nos dias

de hoje, a descentralização passa por captar a atenção do governo central para o municipal. Será ainda um desafio aproximar o foco das freguesias e, posteriormente, das aldeias em particular. As associações terão aqui um papel preponderante, uma vez que são os organismos agregadores da comunidade que poderão dar visibilidade a cada território e fazer pressão junto dos respetivos órgãos públicos das necessidades sentidas pela população. É um dever dos órgãos públicos apoiar esses organismos e utilizá-los como meio de chegar mais próximo dos cidadãos.

As tendências de envelhecimento e despovoamento das áreas rurais têm provocado a mobilização de esforços em direção a promover ações, programas ou políticas públicas no sentido de aliciar ou conservar os jovens dentro dos seus limites geográficos. Juntamente com os órgãos de poder local, as associações e movimentos de cidadãos poderão contribuir para esse tipo de iniciativas que motivam os jovens e que procuram integrá-los nas dinâmicas de participação cívica, assim como promover o seu envolvimento local, a nível económico, político e até cultural, por forma a que se sintam integrados e vinculados aos seus territórios de residência. Vários estudos reconhecem o desinteresse dos portugueses face à participação cívica e política, os jovens não são uma exceção (Ferrão e Delicado, 2017).

As políticas municipais de juventude e a criação de uma estrutura institucional específica para atuar nessa área tem-se revelado um meio fundamental para a fixação de jovens. Embora a maioria dos municípios (72,6%) afirme possuir uma unidade orgânica dedicada à intervenção na área da juventude, apenas em 12% dos municípios essa unidade assume um carácter exclusivo, ou seja, é especificamente dedicada à intervenção na área da juventude. São precisamente esses os municípios onde existe maior densidade de população jovem: no litoral, sobretudo nas áreas metropolitanas (Ferreira et al, 2019). Se há necessidade de fixar os jovens essencialmente nas zonas rurais, é preciso descentralizar estas estruturas por todos os municípios, para que se criem formas de auscultação e para que sintam apoio e segurança, dispondo dos serviços necessários. A envolvência dos jovens no associativismo, para além de os aproximar de uma participação cívica e política mais ativa, poderá favorecer mecanismos de auscultação dos jovens a nível local, não apenas a nível concelhio, mas relativamente às necessidades sentidas nas suas aldeias e freguesias em específico. A interligação com os Conselhos Municipais da Juventude e com outras unidades orgânicas municipais será preponderante para a visibilidade destas questões e para a prossecução da procura de soluções.

Os mecanismos tradicionais de participação política não parecem atrair os jovens, sendo que a proporção dos que indicam pertencer a um partido político é extremamente baixa: 1% dos jovens entre 15-24 anos (Lobo, Ferreira e Rowland, 2015, citado em Ferrão e Delicado, 2017). Neste contexto de cidadania política fraca têm emergido novas fórmulas de participação que apelam a intervenções locais, com efeitos mais imediatos, e que veiculem os indivíduos às suas escolhas diretas. Um exemplo é o Orçamento Participativo, uma iniciativa que convida os cidadãos a decidir sobre uma parte do orçamento municipal (Ferrão e Delicado, 2017). É um mecanismo de democracia participativa e de proximidade que envolve a população nas decisões sobre os recursos locais.

Outra dimensão na qual as associações poderão ter uma influência relevante é a educação. De futuro, numa perspetiva construtiva do desenvolvimento local, a educação terá um papel fundamental em dois sentidos, uma vez que deverá ser tida como promotora e como promotora do desenvolvimento. Uma sociedade desenvolvida, à partida, terá maiores hipóteses de gerar uma educação com melhores resultados; por outro lado, havendo investimento na educação, o desenvolvimento será alcançado de forma mais sólida e estável. Uma população com maior nível de qualificação poderá aproveitar melhor as possibilidades que o meio oferece (Gómez, Freitas e Callejas, 2007, citado em Domingues, 2021). Além disso, a escola deverá continuar a fomentar a inclusão social e o envolvimento comunitário sobre os quais sempre teve influência.

São, portanto, diversas as formas que as associações podem tomar e múltiplos os objetivos que podem abarcar. Ferreira e Raposo (2017) alertam para uma nuance dos processos de desenvolvimento comunitário, que tanto podem favorecer processos de transformação que potenciam a inclusão social e a autonomia política das comunidades locais, como podem incorrer na manipulação dos participantes, ou ainda ter uma função meramente paliativa ou assistencialista. Os mecanismos de auscultação e decisão da sociedade civil tornam-se relevantes para uma maior transparência das instituições políticas e sociais, pelo que se deve exigir a fiscalização e responsabilização das várias instituições para assegurar o seu funcionamento democrático.

2.2.4. O desenvolvimento local colocado em prática

Amaro (2001) dá-nos um exemplo de confronto entre dois modelos de desenvolvimento em Vila Nova de Foz Côa: um de base industrialista e economicista (associado à barragem) e outro de base cultural e integrada (associado às gravuras). O concelho

apresenta baixas densidades populacionais, em sentido decrescente nas últimas décadas, a atividade predominante é a agricultura, as infraestruturas existentes são escassas e as perspectivas de desenvolvimento preveem-se pouco animadoras, tanto a nível de emprego como de fixação da população jovem. As potencialidades do território passam pelas produções agrícolas, pela diversidade de elementos patrimoniais e culturais e pela diferenciação de espaços e oportunidades de turismo e lazer da região.

A barragem tem o parecer favorável relativamente à modernização e ao crescimento económico que proporcionaria. Relaciona-se com a perspectiva funcionalista, na medida em que visa determinados fins setoriais e funcionais, isto é, aquela área geográfica sairia beneficiada pois poderia desenvolver uma especialização produtiva face às outras regiões do país. Aplica-se aqui também a lógica *centre-down*, uma vez que a medida provinha de orientações a partir de interesses e objetivos de cima (nacionais) aos quais aquele território teria de se subordinar.

Por outro lado, as gravuras correspondem a uma visão cultural e integrada do desenvolvimento, assumindo que a cultura é um elemento fundamental no bem-estar das populações, valorizando componentes não produtivas e articulando diferentes setores e interesses. Privilegia assim a visão territorialista, na medida em que os interesses e especificidades locais não se subordinam aos interesses superiores, aplicando-se a abordagem *bottom-up*, dando voz ativa aos atores locais na definição e condução do seu processo de desenvolvimento.

Os dois lados apresentavam vantagens e benefícios diferenciados, cada um de acordo com a sua perspectiva. Neste caso, foi a segunda opção que saiu vencedora, o que pode ser considerado quase surpreendente visto que desta vez o poder central não agiu isoladamente, pendeu para a mobilização articulada e integradora das potencialidades do território e dos atores locais. No entanto, as expectativas ficaram aquém do possível e desejável, o que se deveu à falta de uma estratégia concertada, à falta de diálogo e interação entre os diferentes interesses e atores envolvidos e à falta de infraestruturas, alojamento e restauração que dessem resposta às necessidades dos visitantes do parque. Em termos estruturais, faltava um Plano de Desenvolvimento Integrado que se articulasse com os instrumentos de intervenção municipais e regionais. Para que estes tipos de projetos sejam frutíferos é necessário fomentar as capacidades de negociação, regulação, representação e inovação ao nível local para beneficiar das potencialidades que o território oferece. Portanto, os princípios do desenvolvimento local podem estar presentes

e até podem estar reunidas as condições para que a sua aplicação seja funcional, mas só isso não é suficiente.

O autor conclui o capítulo propondo uma definição de “Desenvolvimento Local (Integrado)”, que seja visto como um processo de mudança centrado numa comunidade territorial, que se possa reconhecer pela sua identidade e que seja mobilizável por redes de solidariedade ativa, normalmente desencadeadas a partir de necessidades não satisfeitas, às quais procuram responder através das capacidades locais. Deste modo, é aqui reforçada a importância da aplicação das implicações metodológicas do desenvolvimento local anteriormente referidas. A participação dos atores locais a vários níveis e em várias formas deve ser privilegiada, procurando simultaneamente articular as potencialidades endógenas com recursos exógenos segundo uma lógica de integração interdisciplinar, o que implica a criação de redes e relações de parceria, num processo que se estenda e que envolva toda a comunidade.

Perante esta situação podemos retirar a conclusão de que os projetos de desenvolvimento local não se desencadeiam proveitosamente pela ideia ou pela vontade por si só, é necessária a auscultação da população e o fomento de uma participação contínua por parte da comunidade, assim como a mobilização das capacidades e potencialidades locais. As ações concretizadas devem ter sempre presente a articulação com os vários recursos e intervenientes, numa perspetiva de integração e de cooperação que contribua para a criação de sinergias positivas e para a definição de estratégias conjuntas (Amaro, 2001).

O problema do desenvolvimento local em Portugal é que a sua fraca institucionalização não permite que seja possível a ação eficaz e estruturada. A prossecução destas intervenções exige uma mediação externa que promova o diálogo e a articulação entre os diferentes atores e que assegure a representação dos diferentes interesses e dimensões de forma equilibrada e não centralizada.

A crescente insuficiência das instituições de democracia representativa atuais tem suscitado novas formas de organização a nível local, em Portugal não propriamente em termos governativos, mas em formato associativo. Estas iniciativas têm promovido o aprofundamento da democracia e a autonomia popular (Ferreira e Raposo, 2017), muitas vezes através da criação de espaços de deliberação e até de decisão local que proporcionam dinâmicas de democracia participativa que visam envolver a população nos processos políticos de forma construtiva. Das diferentes interações e do debate em torno dos valores e futuros desejados pelas comunidades emergirá uma racionalidade mais

colaborativa (Innes, 2010, citado em Ferreiro et al., 2019). Este processo deverá fazer parte ativa da construção formal de políticas e estratégias locais de desenvolvimento sustentável, a embutir no próprio processo de planejamento territorial (Ferreiro et al., 2019).

Os projetos associativos serão assim como a consequência desse processo, no qual os atores sociais, movidos pela busca de qualidade de vida, imbuídos de um sentido de participação cívica e movidos pela responsabilidade social organizam-se em associações, cujos interesses partilhados se dirigem para um interesse comum, fazendo dessa estrutura organizativa a força motriz para a mudança (Lemos, 2013).

CAPÍTULO III

Caracterização da Freguesia de Carvoeira e Carmões

Esta caracterização serve o propósito de dar a conhecer os recursos da freguesia, através dos dados recolhidos pelo GLRU³, dados estes que passam pelas estruturas: geográfica, populacional, económica, de mobilidade, de equipamentos públicos, patrimonial e associativa, assim como pela análise sociológica redigida a partir dos inquéritos realizados à população. Além disso, são apresentados outros projetos colocados em prática na freguesia que, de alguma forma, contribuem para o seu desenvolvimento.

A União de Freguesias de Carvoeira e Carmões pertence ao concelho de Torres Vedras e define-se como uma freguesia rural, localizada no interior de um concelho litoral. Torres Vedras é um município do distrito de Lisboa, incluído na região Oeste de Portugal continental. Caracteriza-se pelas suas praias e pela sua agricultura rica em hortícolas e vinhas, dividindo-se, portanto, entre o mar e a ruralidade das suas aldeias. O município é composto por 13 freguesias que se reveem nestes traços, conforme a sua localização. As mais povoadas encontram-se no litoral, sendo a freguesia que engloba a cidade, sede do município, a que apresenta maior número de residentes.

Carvoeira e Carmões, sendo a freguesia mais interior do concelho (Anexo B), acaba por perder os traços de litoralização e a consequente concentração populacional, caracterizando-se pela dispersão dos povoados e pela vasta dimensão dos seus campos. Apresentando uma área de 20,96 km², a freguesia é composta por 15 aldeias dispersas pelo território, sendo que os 2200 habitantes do seu território estão distribuídos por estes 15 aglomerados populacionais:

- Carvoeira
- São Domingos de Carmões
- Aldeia da Senhora da Glória
- Serra de São Julião
- Curvel

³ A informação e os dados apresentados neste capítulo foram retirados do estudo de Caracterização e Diagnóstico da Freguesia de Carvoeira e Carmões realizado pelo Gabinete Local de Reabilitação Urbana, do qual faço parte. O documento aborda os domínios territorial, urbano e social. O volume I foi lançado em maio de 2022 e apresenta a caracterização e diagnóstico do território (Santos et al., 2022); o volume II apresentará um conjunto de propostas que visam o desenvolvimento da freguesia, prevê-se que seja lançado no final de novembro do mesmo ano.

- Filha-Boa
- Zibreira
- Almagra
- A-da-Rainha
- Carreiras
- Beira
- Carrasqueira
- Corujeira
- Alfeiria
- Braçal

Apesar de ser a freguesia com menos habitantes no concelho, é uma das freguesias com maior número de aldeias. Neste número apenas estão incluídas as aldeias principais, para além destas distinguem-se inúmeros casais e quintas de dimensões mais reduzidas que se consideram integrados nas localidades acima referidas. Entre eles distinguem-se alguns como: Casal Palar, Casal Sobrigal, Casal Sargaçal, Casal Sol, Casal Correia, Casal Vale de Cavalos, Casal da Azenha, Casais Tojais, Casal Araújo, Casal Cascalheira, Casal da Horta de Cima, Casal Romazeira, Casal Barrosela, Casal da Barroela, Casal Carvalho, Casal Estevainha, Casal Bomfim, Casal Para Jantares, Casal dos Prazeres, Casal do Telheiro, Casal da Mata, Casal do Retiro, Casal das Marés, Quinta da Boa Esperança, Quinta da Glória, Quinta do Paço, Quinta dos Barreiros. Cada um deles representa os traços rurais e as heranças familiares deixadas pelo passado, alguns apresentam até algum valor patrimonial que importa preservar.

O diagnóstico da freguesia foi realizado pelo GLRU, no seguimento do instrumento territorial de âmbito municipal denominado Área de Reabilitação Urbana do Concelho de Torres Vedras (ARUCTV). O estudo analisa os vários núcleos urbanos presentes na freguesia, tanto ao nível do espaço público como do edificado. Em termos globais registou-se um universo de 1840 edifícios, sendo a função habitacional a predominante com 1229 edifícios. No entanto, cerca de 27% das habitações encontram-se desocupadas. A segunda função com maior representatividade foi a de garagem/armazém agrícola que contabiliza um total de 499 edifícios. A forte presença desta segunda tipologia demonstra os traços tradicionais de ruralidade ainda muito vincados neste território. Com a função de comércio ou serviços contabilizam-se 45 edifícios, alguns deles inativos. Quanto às restantes funções, registam-se 31 equipamentos públicos, 17 equipamentos de culto, 14 equipamentos associativos e, por último, 5 equipamentos culturais.

Relativamente ao estado de conservação, contabilizou-se 22% do edificado em estado degradado ou em ruínas, número este considerado expressivo e preocupante, espelho do crescente despovoamento e envelhecimento destas áreas.

No que toca à dimensão populacional, entre os censos de 2011 e 2021 é possível verificar uma diminuição do número de habitantes (de 2414 para 2200), que resulta numa perda de 8,9% de população nos últimos 10 anos. Esta tendência decrescente não é representativa do que acontece no resto do concelho que, no mesmo período, registou um crescimento populacional de 4,6%, verificado essencialmente no litoral.

Pode-se constatar que a população em idade ativa, nomeadamente entre os 25 e os 64 anos de idade, são a faixa etária que perdeu maior número de população, o que se deve sobretudo aos fluxos migratórios para o litoral urbano em busca de novas oportunidades de trabalho. Esta tendência verifica-se na generalidade das áreas rurais e comprova a intensificação do êxodo rural e o crescimento das áreas metropolitanas (Cordovil, 1997).

A partir do gráfico (Anexo C), Carvoeira e Carmões pode ser considerada uma freguesia envelhecida, uma vez que o número de idosos é bastante superior ao número de jovens. No entanto, o número de população em idade ativa (15-64 anos) é ainda muito superior. Portanto, embora o índice populacional da freguesia demonstre, atualmente, uma forte tendência para o envelhecimento, esta realidade está a tempo de ser invertida se houver uma preocupação em fixar principalmente os jovens em idade ativa.

Quanto à forma de ocupação dos solos (Anexo D), a classificação segue mais uma vez a tendência dos territórios rurais com o predomínio de solos agrícolas (66%). Os terrenos artificializados correspondem aos aglomerados urbanos dispersos pelo território e representam apenas 7% do uso do solo.

É de destacar a presença de recursos hídricos que se dispersam por praticamente todo o território da freguesia e que, para além de contribuírem para a fertilidade dos solos, fornecem as várias aldeias através de bicas e fontanários, característicos do território. Apesar de muitos destes cursos de água carecerem de manutenção, contam-se como um fator de potencial valorização, a nível económico, mas principalmente a nível paisagístico e ambiental.

No respeitante às atividades económicas exercidas na freguesia, regista-se um total de 66 empresas nos diversos setores de atividade, que disponibilizam 572 postos de trabalho. A localização geográfica das atividades económicas mais expressivas não reflete um padrão homogéneo, indicando que as mesmas serão fruto da germinação

familiar e muito enraizada na localidade de origem, não existindo um parque empresarial planeado e infraestruturado.

Relativamente à rede de mobilidade, esta é constituída principalmente por vias rodoviárias (contabilizando-se um total de 107,45 km). Passam pela freguesia três estradas nacionais: N9, N354 e N115, mas a grande parte deste total são caminhos locais ou vicinais de apoio aos campos agrícolas (53,58 km). Esta estrutura possibilita boas acessibilidades à freguesia, que se encontra a uma distância automóvel a 10 minutos da cidade de Torres Vedras, a 25 minutos das praias de Santa Cruz e a 40 minutos de Lisboa. Estando localizada na ponta interior-sul do concelho, estabelece fronteira com os concelhos de Alenquer e Sobral de Monte Agraço, assumindo uma posição geoestratégica de charneira entre os concelhos interiores da região oeste e o litoral desta mesma região. A curta distância a estes dois municípios faz com que alguns residentes da freguesia optem por recorrer a compras e serviços nos concelhos vizinhos.

Contudo, a deslocação será mais difícil para quem não tiver automóvel, uma vez que a oferta de transportes públicos é reduzida, principalmente no lado de Carmões. Os autocarros passam mais frequentemente na N9, que passa na Carvoeira, no entanto, para as localidades que fiquem mais distantes da estrada nacional a situação torna-se dificultada, pois fica longe ir a pé e são muito poucos os horários das ligações que vão a cada terra em específico. Os horários disponíveis são desarticulados no interior da freguesia e são ainda mais limitados fora do período escolar. A reduzida disponibilidade de transportes públicos pode também ser um motivo para a preferência do transporte individual. Apesar disso, a freguesia está também próxima da linha férrea do Oeste, que passa na freguesia vizinha de Dois Portos, o que poderá revelar-se uma vantagem num aproveitamento e desenvolvimento futuro da mesma.

Perante esta descrição, a freguesia pode ser integrada nos três tipos de zonas rurais definidos por (Kageyama, 2004), associando-se à segunda tipologia (zonas rurais intermediárias), uma vez que a sua economia se desenvolve em torno do setor agrícola e tem acessibilidades favoráveis que permitem encurtar a distância dos centros urbanos mais próximos. A sua relativa proximidade da cidade de Torres Vedras e até da capital faz com que esta freguesia praticamente se inclua na primeira categoria apresentada pela autora, de zonas economicamente integradas. No entanto, a perda de população e a conseqüente perda de dinamismo económico fez com que esta facilidade não fosse evidente.

No que toca à disponibilidade de serviços e equipamentos coletivos nas proximidades, a oferta na freguesia é parca. No que se refere ao comércio, existem cafés, uma pastelaria, dois talhos e pequenas mercearias em algumas aldeias. Supermercados, lojas de roupa e outras compras de âmbito mais alargado são normalmente realizadas em Torres Vedras, no Sobral de Monte Agraço ou na Merceana (freguesia vizinha pertencente ao concelho de Alenquer). Os residentes de Carvoeira e Carmões acabam por se dividir entre estes locais conforme a proximidade. Existe, contudo, venda ambulante de padaria (diariamente) e de peixaria (semanalmente) que passam por toda a freguesia e que ajudam a colmatar as necessidades de deslocação da população.

Na área da educação, existem duas escolas primárias e dois jardins de infância em funcionamento em ambos os polos da freguesia, que incluem transporte gratuito fornecido pela Junta de Freguesia. Ao nível da saúde os serviços são menos facilitados, em São Domingos o centro de saúde está em funcionamento praticamente todos os dias, mas na Carvoeira há necessidade de um médico permanente. Para além disso, não existe nenhuma farmácia na freguesia.

Na vertente cultural pode considerar-se uma vasta quantidade de espaços com valor patrimonial, dada a forte presença de quintas senhoriais na freguesia. O património arquitetónico passa também pela vasta quantidade de Igrejas, Capelas e Moinhos espalhados por todas as aldeias, a maior parte classificados como valores a proteger. É também um traço característico desta freguesia a presença de variadas fontes, fontanários e lavadouros dada a presença de uma proveitosa rede hídrica, como já mencionado. Os traços culturais da região são fortemente marcados pela produção agrícola, nomeadamente a vinícola, que justifica a vasta amplitude das quintas. Consequentemente, o enoturismo tem sido uma mais-valia a explorar para o desenvolvimento económico e cultural da freguesia.

No que se refere ao património cultural imaterial, destacam-se as festas populares e romarias realizadas nas localidades de maior dimensão, geralmente em honra do santo padroeiro da terra. Realizam-se também em algumas localidades os tradicionais leilões de cargos compostos por bolos “ferradura” característicos. Um elemento também com forte presença cultural são as associações comunitárias, de moradores, culturais, recreativas ou desportivas, que promovem a dinamização social das aldeias através de atividades voluntárias e comunitárias. A freguesia contabiliza um total de 20 associações registadas, embora algumas delas já se encontrem inativas, isto é, sem órgãos sociais

eleitos. Este domínio será abordado posteriormente, no capítulo de análise, para entendimento do seu contributo para o desenvolvimento da freguesia.

Dá-se conta de um elevado potencial no que toca a património cultural, arquitetónico, arqueológico, natural e paisagístico. É possível conhecer a cultura e o património deste território através de alguns percursos pedestres, como a Rota da Luz e a Rota das Quintas, que passam por alguns locais de interesse histórico e por vários eco-caminhos da região. A Rota dos Baloços, criada mais recentemente, possibilita o usufruto das paisagens naturais em seis locais diferentes da freguesia.

Este território tem disponíveis alguns espaços que apresentam um conjunto de potencialidades para o seu desenvolvimento. O Eco Parque da Serra de São Julião constitui-se um projeto promissor de requalificação ambiental e paisagística, realizado recentemente, com o objetivo de proporcionar um espaço que seja utilizado pela população para desporto, recreio e lazer. Consiste num espaço amplo e extenso onde inicialmente, numa das partes, foi alojado um parque eólico. Posteriormente, na restante área, foram plantadas múltiplas espécies de árvores com o intuito de reflorestar o espaço e foi construída uma bacia de retenção de águas pluviais. Atualmente já alberga uma pista de motocross que acolhe provas nacionais, um parque infantil, um parque de merendas e um parque canino. O projeto prevê ainda a construção de um parque aventura com restaurante, alojamento e parque para autocaravanas, esperando que se consolide como ponto de atração turística na região. Outro projeto em curso é a construção da Sede de Enoturismo da EN9 que prevê a requalificação de um edifício em ruínas na localidade da Carvoeira. Espera-se que seja um espaço que se afirme como local de referência da cultura e tradição vinícola e que encaminhe os visitantes para as quintas e adegas da região, fomentando o dinamismo económico do território. No âmbito cultural, recentemente deu-se a instalação da Residência Artística de Alfeiria e Maceira na antiga escola primária de Alfeiria, um projeto que acolhe artistas temporariamente para desenvolvimento de criações artísticas e que poderão criar uma envolvimento com a comunidade local.

Relativamente a parcerias com entidades mais alargadas, Carvoeira e Carmões está associada à ANAFRE (Associação Nacional de Freguesias) e é membro-parceiro do GeoParque Oeste em 2022. Na área do ambiente está integrada no projeto Eco Freguesias XXI desde o ano de 2018, projeto este que procura fomentar e motivar para a implementação de diversas ações à escala local que contribuem para comunidades mais sustentáveis. Já no âmbito social pertence à Comissão Social Inter-Freguesias do Interior,

um órgão dinamizador do desenvolvimento social para a erradicação da pobreza e exclusão social, que congrega as entidades públicas e privadas.

No seguimento da falta de jovens sentida no território, foi da iniciativa da junta de freguesia criar a “Caixa Cegonha”, uma medida natalista que atribui uma contribuição monetária aos novos nascimentos com pais recenseados na freguesia. A organização de tempos de férias durante o período de interrupções letivas é também uma medida que cria condições às famílias ajudando a conciliar com os empregos dos pais e contribuindo para umas férias ativas.

No que toca à promoção do envelhecimento ativo, são desenvolvidas iniciativas como o Clube Sénior e a Ginástica Sénior, dinamizadas pelo município, com o apoio da junta de freguesia que realiza o transporte. A junta de freguesia promove também a realização de Passeios Sénior durante os meses de verão, que procuram proporcionar o convívio e atividade dos mais velhos.

Para a análise sociológica, o GLRU realizou inquéritos à população, que representam 14,4% da população total da freguesia. Podem-se retirar várias conclusões desta análise. Desde logo se nota o envelhecimento populacional, registando-se um número significativo de reformados (46%) e de viúvos (13%) na amostra considerada representativa da população. O nível de escolaridade é também expressivamente baixo, uma vez que a maioria dos inquiridos realizou apenas o 1º ciclo (40%), contabilizando-se somente 11% com o ensino superior.

O estudo analisa vários aspetos no que toca à habitação, à área de residência e à freguesia no seu todo. Referir-se-á apenas os que forem de importância para a análise das dinâmicas sociais. Quanto à satisfação com alguns aspetos presentes na freguesia, salienta-se o seguinte:

Os inquiridos apresentam-se mais insatisfeitos quanto a dois aspetos em particular: a oferta de atividades e equipamentos desportivos e recreativos e a oferta de atividades e equipamentos culturais. Estes valores apontam para um fraco dinamismo da Freguesia, mas podem ser também reflexo de uma divulgação precária das atividades existentes. A oferta de serviços de saúde é o terceiro aspeto em que a satisfação se destaca pela negativa. (Santos et al., 2022: 224)

Como prioridades de intervenção os inquiridos destacaram a oferta de transportes públicos e a oferta de serviços de saúde, esta seleção acaba por realçar a oferta precária na freguesia relativamente a estes aspetos.

Outra das questões do inquérito prendia-se com a frequência com que as pessoas usufruem de alguns espaços ou serviços na freguesia como cafés, associações, festas e eventos, espaços verdes, fontes e lavadouros, locais de culto e transportes públicos. Os resultados referentes a esta questão espelham a falta de participação da população nas dinâmicas coletivas. O único item que revelou uma frequência mais positiva foram as festas e eventos culturais, que acontecem mais esporadicamente. De seguida, os cafés, que são um espaço de frequência mais comum, mas mesmo assim apresentam níveis muito baixos. Estes resultados podem querer dizer que a oferta seja reduzida, mas mesmo existindo as pessoas acabam por não frequentar, mostrando que os espaços coletivos tendem aqui a ser cada vez menos utilizados. No respeitante à aquisição de bens, a maior parte dos inquiridos realiza as suas compras fora de freguesia, uma vez que a oferta existente também é limitada.

Apesar de muitos dos indicadores referentes à satisfação dos inquiridos em alguns aspetos específicos se revelar crítica, a questão que se prende com a satisfação relativamente à freguesia no geral apresenta elevados níveis de satisfação (29% dizem-se muito satisfeitos e 51% satisfeitos), o que, de certa forma, revela que as pessoas efetivamente gostam de morar neste território.

A União de Freguesias de Carvoeira e Carmões corresponde assim a um território rural, onde se tem vindo a notar, gradualmente, uma desarticulação territorial, na medida em que, vítima do facto de ser um território interior do concelho, das assimetrias urbano-rurais e da dispersão das suas populações pelo espaço, se tem verificado a perda do dinamismo e a atratividade desta freguesia num efeito bola de neve. Isto é, as pessoas deixaram as áreas rurais em busca de um maior leque de oportunidades e acessibilidades que as áreas urbanas oferecem, o que fez com que muito do comércio existente perdesse a viabilidade. Se não se procurarem formas de fixar a população no território através da criação de condições atrativas, as atividades que restam também perderão a força, se, pelo contrário, se procurar explorar as potencialidades e dinamizar pontos de interesse, surgirão novas iniciativas por arrasto. Tem-se procurado explorar algumas destas potencialidades, nos âmbitos urbano, social, turístico e cultural, como se dá conta pelos exemplos de projetos e parcerias existentes, mas há ainda um longo caminho por percorrer com muitas iniciativas que se poderão concretizar.

A principal dificuldade encontrada tem sido a falta de envolvimento da população naquilo que é o desenvolvimento do território, não só pela tendência de despovoamento que se nota, mas pela alteração dos modos de vida que provocaram um decréscimo nos

níveis de participação comunitária. Os restantes capítulos visam entender como poderá ser revertida esta situação através de dinâmicas que potenciam formas de desenvolvimento local.

CAPÍTULO IV

Metodologia

Nesta pesquisa, adotou-se o método do estudo de caso, uma estratégia de pesquisa de abordagem qualitativa que procura examinar um fenómeno contemporâneo que se entenda como adequado à natureza e complexidade do problema em questão, permitindo a identificação das potencialidades do território e das dinâmicas sociais existentes. Este método contribui para a delimitação do campo de estudo, focalizando a recolha de dados e facilitando a sua análise, evitando a dispersão e o surgimento de mal-entendidos. O campo de análise deve ser claramente circunscrito, sendo um dos erros frequentes a escolha de um campo demasiado amplo (Quivy e Campenhoudt, 1995). Neste caso, assume-se como campo de análise a freguesia de Carvoeira e Carmões, geográfica e administrativamente definida, incluindo a respetiva comunidade. As vantagens do método do estudo de caso passam também por possibilitar o conhecimento aprofundado de uma realidade particular, permitindo estabelecer relações de causa-efeito no contexto em que o fenómeno analisado se manifesta. Como desvantagens destaca-se a impossibilidade de se fazerem generalizações com rigor científico, dada a subjetividade inerente a este método.

Com o intuito de entender as dinâmicas sociais da União de Freguesias de Carvoeira e Carmões e de que modo se poderá potenciar a revitalização do território, procurou-se definir um conjunto de objetivos para esta investigação:

Objetivo geral:

- Entender a dinamização social da freguesia.

Objetivos específicos:

- Conhecer a atividade das associações locais;
- Relacionar o associativismo como promotor de desenvolvimento local na atenuação das assimetrias territoriais e no fomento da atratividade do território;
- Procurar potenciais formas de promover o envolvimento da população nas dinâmicas comunitárias e nas atividades realizadas.

De modo a ir ao encontro destes objetivos, optou-se pelo método de análise qualitativo, baseado na realização de entrevistas e na observação participante. O capítulo anterior, dedicado à caracterização da freguesia em questão, utilizou alguns dados quantitativos, fruto da recolha e análise de dados realizada pelo GLRU (2022). Contudo,

para compreensão das dinâmicas sociais verificadas na freguesia houve a necessidade de recorrer a métodos qualitativos, mais adequados à captação das perceções e da vida comunitária.

Com o intuito de conhecer o papel das várias associações presentes na freguesia, procedeu-se à realização de entrevistas semiestruturadas aos representantes das várias associações. Dada a dispersão do território, tornou-se necessário adotar uma metodologia que permitisse uma aproximação de atores sociais relevantes, que pudessem expor como funcionavam as coisas antes e como funcionam agora, transmitindo as suas motivações e expectativas. Os entrevistados foram tidos como informadores, mas também como agentes sociais que terão um papel fundamental na dinamização da mudança.

A junta de freguesia disponibilizou uma lista de todas as associações registadas com os respetivos contactos, na qual estavam incluídas as seguintes associações:

- Associação Cultural e Desportiva de Aldeia N. Sra. da Glória;
- Clube da Caça e Pesca da Freguesia da Carvoeira;
- Associação Dramática e Recreativa de Carreiras;
- Comissão de Festas de Carreiras;
- Clube União A-da-Rainha;
- Comissão de Festas Nossa Senhora dos Prazeres (A-da-Rainha);
- Associação de Socorros da Freguesia de Carvoeira;
- Grupo Cultural e Desportivo Casa do Povo de Carvoeira;
- Fábrica da Igreja Paroquial Nossa Senhora da Luz (Carvoeira);
- Clube Carvoeira, Aventura e Desporto (Carvoeira);
- Associação de Geminação e Intercâmbio Autárquico da Carvoeira;
- Associação Cultural e Recreativa de Curvel;
- Associação de Moradores de Serra S. Julião;
- Associação Cultural e Desportiva e de Melhoramentos de Zibreira e Almagra;
- Associação Cultural e Recreativa de Carrasqueira;
- Casa do Povo de Carmões;
- UNICARMÕES – Associação para o Desenvolvimento da Freguesia de Carmões;
- Centro Cultural e Desportivo e Recreativo Corujeirence (Corujeira);
- Sociedade Recreativa de Alfeiria;
- Associação de Melhoramentos, Cultura, Recreio e Desporto de S. Gregório (Braçal).

Entre este conjunto de associações, deparei-me com uma ambiguidade da sua atividade ou inatividade, perante o recente contexto pandémico do qual estamos a recuperar. Das 20 associações listadas, realizei entrevistas a 14, aos atuais responsáveis das que estão ativas e aos últimos responsáveis das que já se encontram inativas, isto é, sem órgãos sociais eleitos. Contudo, as que se encontram nesta segunda situação revelaram intenção de reerguer a organização num futuro próximo. As seis associações às quais não foram realizadas entrevistas, justifica-se da seguinte forma: o Clube Carvoeira, Aventura e Desporto acabou por fundir-se com o Grupo Cultural e Desportivo da Casa do Povo de Carvoeira, pelo que só foi realizada uma entrevista; entre as associações denominadas como comissões de festas, existindo duas, optei por apenas entrevistar uma delas (de Carreiras), na medida em que, depois de entrevistar o Clube União A-da-Rainha consegui perceber os moldes em que se desenvolve a festa, até porque as pessoas envolvidas no clube eram praticamente as mesmas da comissão de festas. Quanto à associação da Serra de S. Julião, ao dirigir-me à entrevista no Clube de Caça e Pesca, estava presente (como caçador) o último Presidente da Associação da Serra de S. Julião que, apesar de se desmarcar como responsável da organização que de momento se encontra inativa, explicou um pouco da sua história. Às restantes associações – a Casa do Povo de Carmões, o Centro Cultural, Desportivo e Recreativo Corujeirence e a Sociedade Recreativa de Alfeiria – não foram realizadas entrevistas por não se ter encontrado um responsável, na medida em que já estão de portas fechadas há cerca de 10 anos.

Na realização das entrevistas foi seguido um guião (Anexo E) adaptado à realidade de cada associação. As entrevistas semiestruturadas incluem um guião com algumas perguntas orientadoras, mas abrem margem de manobra para o entrevistador adaptar as questões e os tópicos abordados consoante o desenvolvimento da entrevista, uma vez que a escuta ativa exige uma contínua redefinição das perguntas perante a singularidade de cada entrevistado (Diniz, 2010), ao contrário das entrevistas estruturadas que contêm uma lista fechada de perguntas. Neste modelo, embora salvaguardando o tratamento extensivo e equilibrado das questões inicialmente previstas, não há um condicionamento rigoroso do desenvolvimento das respostas (Ghiglione e Matalon, 2001, citado em Dantas, 2008). É assim possível o aprofundamento da informação a recolher, sendo que o entrevistador tem a liberdade de introduzir novas questões ou alterar a sequência das perguntas ou dos temas, permitindo ao entrevistado uma maior amplitude de resposta. A utilização do guião surge não só pela necessidade de manter uma certa estruturação da conversa, mas também como grelha analítica para a posterior análise e comparação do material recolhido

(Dantas, 2008). Procurou-se assim levar as entrevistas como “conversas com um objetivo” (Burgess, 1997), onde houve partilha de ideias, de certo modo informal.

Neste caso, o guião pretendeu aferir, relativamente às associações no geral: a sua atividade/inatividade; como surgiu e de que modo se foi mantendo ao longo do tempo; quais os seus objetivos e âmbitos de atuação; que atividades são desenvolvidas; qual a sua dimensão; quais as principais dificuldades sentidas; como funciona a relação entre as várias associações; e como se perspetiva o futuro da associação.

Além das respetivas associações, foi também realizada uma entrevista ao Presidente da Junta, com um guião um pouco diferenciado (Anexo F), com o intuito de perceber a posição da junta de freguesia na dinamização do território e de que forma vê a presença destas associações.

Os entrevistados mostraram-se disponíveis e recetivos logo após o primeiro contacto, o que facilitou a criação de empatia com os mesmos. Alguns dos responsáveis contactados optaram por convidar outros membros das associações, o que gerou entrevistas coletivas que se mostraram até bastante profícuas por transmitirem mais do que um testemunho. Curiosamente, o nível de idades dos entrevistados foi bastante equilibrado, havendo cerca de metade com mais de 40 e a outra metade com menos de 40 anos de idade, sendo que as idades variavam entre os 22 anos e os 80, aproximadamente.

É importante referir que houve a preocupação em respeitar as questões éticas que a pesquisa qualitativa engloba, como o consentimento informado e a proteção dos direitos e interesses dos participantes. Como entrevistadora, procurei fazer os entrevistados sentirem-se à vontade, respeitando os seus pontos de vista e mostrando simpatia e interesse em ouvir toda a informação que eles me pudessem disponibilizar sem dar voz à minha opinião.

Como método complementar, recorreu-se também ao método da observação participante. Segundo Becker (1986), a pesquisa qualitativa, relacionada com a etnografia, dedica-se a casos particulares e valoriza a vida quotidiana nos trabalhos de investigação social. Os investigadores procuram a descrição das relações sociais a partir da observação. As suas conclusões baseiam-se sobretudo no trabalho de campo, que implica entrar no mundo das pessoas em estudo como observador próximo ou até como participante. Procurou-se, neste estudo, captar os hábitos culturais das pessoas e do seu quotidiano através da observação e de conversas casuais com alguns residentes. O facto de pertencer ao GLRU e de estar diariamente na junta de freguesia contribui para ter conhecimento e estar a par de muitas coisas que iam acontecendo em termos informais,

ouvir histórias e até mesmo perceber os modos de vida daquela população. Conheço alguns amigos que residem no território e tenho feito por frequentar alguns eventos realizados como as festas populares, ajudei na dinamização do bar de uma prova de motocross e assisti a duas Assembleias de Freguesia. Além disso, o levantamento do edificado em campo e a recolha de inquéritos diretamente à população, no âmbito do estudo de caracterização e diagnóstico realizado pelo GLRU, contribuiu para um conhecimento mais aprofundado do território, possibilitando observações mais próximas da realidade quotidiana e facilitando as conversas com um leque mais diversificado de pessoas.

A análise dos dados visa, acima de tudo, retirar conclusões práticas que espelhem a atividade das associações ao longo do tempo, a realidade atual das mesmas e como perspetivam o futuro. Será exposta uma descrição geral de cada entrevista, de modo a reter os aspetos particulares de cada uma delas e, posteriormente, será apresentada uma tabela que sintetiza as informações de forma mais direta. A intenção passa não só por incluir as informações mais objetivas mas também as perceções tanto dos entrevistados como as que eu própria retirei através das observações. A pesquisa pretende, neste conjunto, atender aos objetivos inicialmente apresentados, e perceber de que modo o desenvolvimento local se poderá alocar nesta freguesia de modo a fazer renascer um conjunto de dinâmicas sociais e comunitárias que poderão revitalizar o território e contribuir para o seu desenvolvimento.

CAPÍTULO V

Análise dos Dados

Este capítulo prevê a apresentação dos dados recolhidos, fruto das entrevistas e das observações realizadas, numa apresentação essencialmente descritiva e relacional das atividades e do modo de atuação das associações, individualmente e no seu conjunto, encontrando pontos em comum e divergências. Seguidamente, a realidade apresentada será relacionada com o conceito de desenvolvimento local e as respetivas implicações metodológicas, analisando-as neste contexto. Por último, serão apresentadas algumas propostas de novos temas que as associações poderão abordar futuramente.

Desde logo, relativamente ao tecido associativo da freguesia de Carvoeira e Carmões, podemos debruçarmo-nos sobre o facto da freguesia incluir um total de 15 aldeias e 20 associações registadas, o que espelha um conjunto denso de organismos associativos. Apesar da quantidade, este conjunto não revela grande diversidade de atividade, no sentido em que, em termos de tipologia, praticamente todas se situam no âmbito cultural e recreativo, à exceção de duas, uma de âmbito religioso e outra com estatuto de IPSS, reunindo uma responsabilidade social mais demarcada. Cinco das organizações enquadram-se ainda no âmbito desportivo, geralmente conciliado com o cultural e recreativo. Os âmbitos cultural e recreativo geralmente encontram-se relacionados, no sentido em que o objetivo destas coletividades é desenvolver atividades recreativas socioculturais.

Estas associações encontram-se dispersas pelo território, uma vez que a maioria se vocaliza para o dinamismo das aldeias em particular. Aldeia da Sra. da Glória, Serra de São Julião, Curvel, Zibreira (junto com Almagra), A-da-Rainha, Carreiras, Carvoeira, São Domingos de Carmões, Carrasqueira, Corujeira, Alfeiria e Braçal – todas estas localidades apresentam uma associação cultural, recreativa ou de moradores, que tenha o objetivo de dinamizar a aldeia em particular e de oferecer algum recreio aos seus residentes. Apesar de algumas já se encontrarem inativas, todas apresentam um edifício-sede, localizados nas aldeias correspondentes, erguidos pela vontade e união dos populares. Carvoeira e São Domingos, apresentadas como sedes de freguesia, albergam as conhecidas Casas do Povo, ambas estagnadas atualmente, embora a da Carvoeira tenha mostrado vontade em reabrir portas noutros moldes.

As restantes associações exprimem-se de âmbito mais geral a toda a freguesia, como a Associação de Socorros e a Fábrica da Igreja (ambas com sede na Carvoeira), o Clube de Caça e Pesca (sede na Aldeia da Sra. da Glória), a AGIAC (sede em Almagra) e a Unicarmões (sede em S. Domingos de Carmões).

Como referido, foram realizadas 14 entrevistas com os respetivos representantes. Falando de cada associação pela ordem cronológica em que as entrevistas foram realizadas, começarei pela Unicarmões que, como o próprio nome indica, foi criada na tentativa de unir a população da freguesia de Carmões, que na altura ainda não se encontrava agregada à de Carvoeira. Inicialmente, o grupo pretendia reunir representantes de todas as aldeias que compunham a freguesia para, conjuntamente, conseguirem formas de motivar os jovens e a população a criarem dinâmicas na sua freguesia, levando a que o seu nome fosse reconhecido externamente. As atividades estavam mais ligadas a todo o terreno, com passeios de jipes, a atividades direcionadas para as crianças e, mais recentemente, as provas de motocross. Os objetivos passam também por levar o nome da freguesia a mais gente, contribuindo para o seu desenvolvimento. As idades dos membros variam entre os 16 e os 55 anos, não existem sócios e é uma associação aberta a qualquer um. Apesar das dificuldades, parece uma associação que se mantém sólida, com um grupo muito familiar e um conjunto de membros favorável relativamente a outras realidades, vendo-se vontade em continuar com novas ideias e novos projetos.

O representante do Clube União A-da-Rainha mostrou uma realidade diferente. A associação já completa os seus 50 anos, o que poderá ser um bom motivo para voltar a reunir os seus membros. O clube surgiu como forma de reunir uma equipa de futebol na aldeia. Mais recentemente, por volta de 2008, houve uma equipa de futsal que treinava num pavilhão em Torres Vedras, mas os custos associados à federação acabavam por ser muito dispendiosos. Houve também uma equipa de cicloturismo e, mais tarde, de ténis de mesa. Aparte das atividades desportivas, realizavam-se noites de fado, bailes e almoços-convívio, tudo nas instalações do clube, que apresenta um espaço amplo e multifuncional. A sede hoje ainda abre portas todos os dias, mantendo-se como o ponto de encontro da aldeia, uma vez que não existe mais nenhum estabelecimento aberto. A viabilidade financeira vai-se mantendo com um conjunto de sócios que vão contribuindo nos seus possíveis. Embora haja uma comissão de festas responsável pela dinamização da festa anual da aldeia, o clube acaba por estar fortemente relacionado, uma vez que as pessoas envolvidas acabam por ser praticamente as mesmas.

A AGIAC – Associação de Geminção e Intercâmbio Autárquico da Carvoeira – surge da geminação com a vila francesa Saint Caprais de Bordeaux, que fica perto da cidade de Villenave d’Ornon, geminada com Torres Vedras. O intercâmbio iniciou-se há cerca de 26 anos com a junta de freguesia, no entanto, tornava-se difícil a logística tendo a junta responsabilidades sobre variados domínios. Criou-se então a associação, direcionada especificamente para este intercâmbio, continuando em estreita colaboração com a junta de freguesia. As atividades consistem essencialmente em realizar visitas tanto de franceses a Portugal como de portugueses a França. Realizam-se atividades a nível desportivo e cultural, como torneios, inter-rails, passeios a pontos turísticos característicos de ambos os países, encontros entre adegas e feiras porque ambas as regiões são zonas vinícolas, entre outras atividades. A estadia fica por conta das famílias da terra que recebe, que oferecem as suas casas para acolher os visitantes. Gera-se uma ligação entre culturas e criam-se laços, mesmo sem falar a mesma língua⁴. À semelhança de outras associações, as dificuldades passam por trazer gente nova, o curioso é que essa dificuldade acaba por ser ainda mais evidente na associação que promove esta atividade em França. A falta de jovens e de renovar os responsáveis por este tipo de iniciativas revelou-se um obstáculo também noutras realidades e não unicamente no nosso país – a perda de interesse pelas tradições e pelas dinâmicas comunitárias associadas às áreas rurais é um aspeto comum a outros países desenvolvidos. No entanto, trabalha-se para que não se deixe morrer este intercâmbio que pode gerar coisas muito interessantes e um interconhecimento de ambas as partes, inclusivamente dar oportunidade a pessoas que nunca saíram do país de o fazer.

O Clube Caça e Pesca apresenta-se nuns moldes um pouco diferentes das restantes associações, uma vez que está relacionado com as reservas de caça e as dinâmicas associadas ao desporto. No entanto, as dificuldades demonstradas acabam por passar pelas mesmas razões: a falta de jovens que participem e se responsabilizem por dinamizar a associação e a nova visão da sociedade que hoje tem uma perspetiva ambientalista que antigamente não tinha, o que dificulta ainda mais a atividade da própria associação, para além dos custos elevados e burocracias que constituem já por si um entrave. As pessoas até participam nos convívios, mas depois não se integram nos assuntos regulares do clube.

⁴ Na entrevista foi até partilhada uma história em que um português e uma francesa se apaixonaram e atualmente moram juntos precisamente na freguesia de Carvoeira e Carmões.

A caça, sendo uma atividade antiga que envolve um cunho tradicional, acaba também por perder a força com a alteração dos novos modos de vida.

Nesta conversa com os membros do clube de caça encontrava-se presente o último presidente da Associação de Moradores da Serra de S. Julião, pertencente às duas associações. O senhor acabou por revelá-lo no contexto da conversa sobre as dinâmicas associativas da freguesia, dando o seu testemunho como representante de uma associação que fechou portas devido à falta de adesão e de cooperação entre os habitantes da aldeia. O senhor contou um pouco sobre as atividades da associação, que passavam por ter o café aberto diariamente, onde os residentes, principalmente os reformados, conviviam e jogavam às cartas. A coletividade organizava também duas festas anuais: a de São Julião e a de N. Sra. da Conceição. Apesar disso, as críticas e os atritos acabaram por falar mais alto, não sendo sustentável manter a associação ativa. Mantém, no entanto, um belo edifício no centro da aldeia que espera por novos dirigentes para ser utilizado.

A Associação Dramática e Recreativa de Carreiras tem uma história particular, já antiga e preenchida, que remete ao ano de 1928, quando se formou um grupo de bandolinistas que reunia homens da terra em torno da música. Em 1934 as gentes de Carreiras organizaram-se e formaram um grupo de teatro amador que, apesar das vulnerabilidades no passar das gerações, se mantém até hoje. O teatro e as récitas realizavam-se em garagens ou casas particulares, até que houve a necessidade de construir um espaço com essa função. Nasce assim a sede que ainda hoje é conhecida como “o salão”⁵, onde se realizam os espetáculos. A sede foi inaugurada nos anos 50 e é a partir dessa data que se constitui a associação. Atualmente ainda se apresentam espetáculos de teatro de revista, no entanto é cada vez mais complexo atender à disponibilidade de todos os participantes e de substituir os papéis necessários, desenhados para pessoas em específico. A direção da associação é também responsável por organizar o baile tradicional dos leilões, uma festividade consuetudinária da aldeia. Aparte das dificuldades, o que parece manter os membros ativos é um sentimento de pertença muito vincado, primeiro no sentido familiar que envolve, uma vez que a grande maioria dos membros é de origem carreirense, acabando por estar presente um sólido conjunto de famílias que se interligam; mas também no sentido em que fazem parte de algo maior,

⁵ Dados históricos retirados do folheto informativo do Centro de Interpretação do Teatro das Carreiras

sendo como uma gratificação de que estão a fazer algo para a comunidade⁶. Além disso, atua como fator motivador o feedback muito positivo do público, vindo principalmente de fora do concelho, que procura os espetáculos promovidos por este grupo. Este ano foi inaugurado o Centro de Interpretação do Teatro das Carreiras (CIT), fruto do aproveitamento do edifício da antiga escola primária da aldeia (localizada ao lado da sede da associação). Este projeto nasceu da recolha de documentação, vestuário, textos, fotografias e outras memórias guardadas que se pretendiam partilhadas com o público, daí a criação do espaço museológico. Agora a intenção é partir para as escolas para visitas de estudo, entre outros grupos que possam visitar e conhecer a história desta associação.

Quanto à Fábrica da Igreja, é um organismo associativo presente em praticamente todas as paróquias. Na Carvoeira é responsável pela dinamização da festa de N. Sra. da Luz, padroeira da terra. São Domingos de Carmões constitui outra paróquia que, apesar da respetiva Fábrica da Igreja não estar incluída na lista das associações existentes adquirida na junta da freguesia, também esta apresenta alguma ação. Apesar das duas paróquias abrangerem territórios diferenciados e constituírem grupos de catequese distintos, observa-se uma cooperação estreita na dinamização de atividades de âmbito mais alargado, como atividades respeitantes à organização das Jornadas Mundiais da Juventude. O objetivo da associação, na medida em que o seu papel por vezes pode ser confundido com o da paróquia em si, acaba por ser, na opinião da entrevistada, juntar a igreja com a junta de freguesia, porque infelizmente às vezes as coisas separam-se, assim o seu papel acaba por fazer com que trabalhem em uníssono, envolvendo a igreja, a junta de freguesia e a própria comunidade.

A Associação Cultural e Recreativa da Carrasqueira surgiu nos anos 70, com o objetivo de fazer algumas festas e eventos na aldeia. Atualmente realizam-se os tradicionais leilões em janeiro, a festa anual em julho e o almoço de aniversário em maio. A sede mantém-se aberta todos os dias, à semelhança do Clube de A-da-Rainha, uma vez que não há mais nada aberto na aldeia. São, aliás, as únicas sedes que ainda abrem portas diariamente. As festas e os almoços realizados são o que acaba por reunir as pessoas,

⁶ “Eu acho que é aquela gratificação de que estamos a fazer algo para a comunidade, para o bem maior. Algo que não é a pensar no nosso próprio umbigo. Há de haver lá um bocadinho, porque é uma necessidade sempre nossa, ou seja, para participarmos quer seja num grupo de teatro quer seja num projeto de associativismo, há um bocadinho de nós que também quer ver uma necessidade satisfeita, mas eu acho que é muito maior do que só uma pessoa, só se consegue com muita gente. Por exemplo, no nosso caso, quando termina uma peça de teatro e quando nós vemos o feedback do público, eu acho que é isso que nos arrepiam e que nos transforma e é essa sensação boa que fica” (transcrição da entrevista)

juntando-se até os que foram morar para outros sítios e que voltam à terra de origem nessas alturas com os familiares, o que acaba por trazer gente. Os representantes que me receberam tiveram a amabilidade de mostrar as instalações, que incluem um espaço de café, um salão com palco e camarins e uma cozinha toda equipada no andar de cima. A manutenção é salvaguardada pelos próprios membros e os equipamentos têm sido melhorados com o passar dos anos conforme as necessidades que fossem surgindo, só é pena que não haja tanta gente como noutros tempos para lhes dar uso.

A Associação Cultural Desportiva de Melhoramentos de Zibreira e Almagra agrega os moradores de duas aldeias vizinhas. Embora se encontre inativa desde 2019, este ano realizou-se a festa anual de Zibreira em maio e espera-se que se reúna uma nova direção brevemente. A coletividade nasceu da junção de populares, com o objetivo de promover melhorias na terra, inclusivamente exercendo pressão junto dos órgãos de poder local. As atividades passaram por formar equipas para torneios de futebol, pela organização de torneios de cartas e matraquilhos e por almoços-convívio, para além da organização da festa anual e dos tradicionais leilões, sendo das associações dentro do género que apresenta um leque mais variado de atividades. Embora isso já não se verifique nos dias de hoje, chegou também a abrir-se a sede com a função de café diariamente, o que poderia não se justificar tanto neste caso como no de outras aldeias, uma vez que esta já incluía um café-mercearia aberto. Outro aspeto referido por esta associação em específico, que contrasta com as restantes, foi o facto das direções anteriores serem compostas maioritariamente por mulheres, o que fez com que os homens não se quisessem envolver tanto, o que acabou por criar algumas quezílias e por dificultar ainda mais o envolvimento de novos membros com esse estigma associado.

Já a Associação de Melhoramentos, Cultura, Recreio e Desporto de S. Gregório é a única do género que contém na sua denominação não o nome da localidade a que se refere, neste caso o Braçal, mas sim o santo padroeiro da mesma. Esta associação surgiu nos anos 50 e, à semelhança das outras, foi sendo construída ao longo do tempo através de iniciativas populares. Realizaram-se espetáculos de revista, chegaram até a receber alguns nomes conhecidos (como por exemplo a Eunice Muñoz), faziam-se bailes, a tradição dos leilões, almoços-convívio, a festa no dia do padroeiro, torneios de chinquilha e de sueca, formaram-se equipas para torneios de futsal, entre outras. Uma vez que existe uma empresa de dimensões significativas mesmo em frente à associação, a sede começou a ser aberta à hora de almoço para que os trabalhadores pudessem beber café, no entanto perdeu-se esse hábito desde o covid-19. Atualmente as atividades passam principalmente

pela realização de pamplonas. Esta coletividade acaba por abranger um horizonte temporal mais alargado que a maioria das restantes, então acolheu um maior número de gerações. É de referir que, em tempos, chegou a ser um ponto de fornecimento de água à população através de um poço existente na localidade. Outro aspeto popular interessante era a dinâmica dos torneios, como explica o entrevistado, “em que se pagava 100 escudos de entrada e havia prémios para todos, mas nenhum levava prémio, era coelhos, galinhas, bolos...”. As mulheres da terra faziam o almoço para todos os participantes sendo, mais que uma competição, um convívio. Apesar das dificuldades, existe vontade de um novo grupo (o que já organiza as pamplonas), de preencher a direção e promover o nome da associação futuramente.

Quanto à Casa do Povo da Carvoeira, apesar de ainda não se encontrar em atividade, está em processo de reativação. Já existe uma nova direção, estão apenas a alterar os estatutos para que estes vão ao encontro dos novos objetivos pretendidos. Antigamente, a associação tinha os moldes das casas do povo, espalhadas por todo o país, relacionadas com uma certa função social, à qual se podiam agregar alguns serviços públicos. Funcionava também como associação cultural que procurava promover melhorias para a localidade, uma vez que tinha alguns equipamentos recreativos, como uma televisão, que juntava as pessoas na associação há umas gerações atrás. Além da Casa do Povo, existia na localidade o Clube Aventura e Desporto, que promovia atividades desportivas. A Casa do Povo de hoje é fruto da junção dessas duas associações, tendo essencialmente o intuito de fomentar o desporto na freguesia, dinamizando os equipamentos já existentes como o pavilhão, as piscinas e o campo de futebol que já é utilizado para provas de radiocontrol (carros telecomandados), embora por organizações externas. Os objetivos futuros passam também pela criação de uma equipa de futsal, na tentativa de atrair jovens para a freguesia.

A Comissão de Festas de Carreiras dedica-se exclusivamente à organização da festa anual da aldeia no segundo fim de semana de agosto, em honra da padroeira Santa Quitéria. Apesar de não terem uma sede, guardam os materiais nas instalações da associação do Teatro das Carreiras, uma vez que pertencem à mesma terra, acabam por trabalhar em colaboração. Neste tipo de associações, o propósito passa por não deixar morrer as festas populares, uma tradição já antiga que, apesar de presente em muitas aldeias, acaba por se tornar característica de cada uma em particular. O desafio passa por tentar inovar e ir investindo os lucros do ano anterior em melhoramentos para o ano seguinte, por forma a conseguir prosperar a festa e atrair mais gente.

A Associação de Socorros da Carvoeira distingue-se das restantes, na medida em que tem o estatuto de IPSS, o que incute uma certa responsabilidade social à própria associação. Mantém-se ativa há 30 anos, como IPSS desde o ano 2000. Surgiu da necessidade de criar um serviço de emergência na freguesia que prestasse socorro com maior proximidade, tendo a sua base no serviço de ambulâncias e em formações de socorrismo a voluntários. Como IPSS, a sua realidade modificou-se, não só pelo facto de se tornar indispensável contratar funcionários, como pela alteração da própria oferta de serviços, que passa essencialmente por dar resposta ao envelhecimento da população, atuando no apoio social a idosos. Esta nova vertente passa pela dinamização do centro de dia e pela prestação de apoio domiciliário. As novas valências exigiram uma profissionalização e, conseqüentemente, custos mais elevados. Embora a associação seja sem fins lucrativos, é necessária uma resposta de qualidade, ainda mais sendo a única organização presente na freguesia vocacionada para este domínio. O entrevistado realça a importância do trabalho em rede no que toca a estes cuidados, tanto com a autarquia, como com a Segurança Social ou outras instituições sociais. Outro aspeto enfatizado foi o facto do serviço de voluntariado se encontrar em decadência neste tipo de iniciativas. O novo século trouxe a diminuição da presença do voluntário, que antes desempenhava um papel muito mais ativo, não pelo motivo mais comum associado à alteração dos modos de vida, mas porque as leis relacionadas com os novos serviços passaram a exigir uma profissionalização e qualificação dos recursos humanos. Apesar do primeiro motivo certamente se aplicar a outras realidades, aqui não é a principal razão. Há 5 anos houve um grande investimento em termos de infraestruturas e equipamentos, o futuro da associação passa por dar continuidade ao trabalho até agora realizado.

A Associação Cultural e Recreativa de Curvel surgiu nos anos 80, com o objetivo de criar bailes e festas na localidade, integrando-se na tipologia cultural, a mais comum na freguesia. Antes a população juntava-se em adegas ou garagens particulares, sentindo-se a necessidade de construir um edifício vocacionado para a prossecução da iniciativa. As atividades passavam pela abertura do café e pela dinamização da festa anual. A festa de Curvel é também das mais frequentadas na freguesia, uma vez que costuma conter nomes conhecidos no cartaz. A última direção, constituída por jovens, fez por recriar o café, de formato mais popular, para um bar, com o intuito de atrair os jovens. Realizaram-se noites de música ao vivo e criaram-se páginas nas redes sociais com esse propósito. Atualmente a associação encontra-se inativa, desde o aparecimento do covid-19, não propriamente pelo efeito do vírus em si, mas por um conjunto de contratemplos e desentendimentos.

Apesar disso, nos últimos anos tem-se realizado não a parte profana, até porque o contexto pandémico não o permitia, mas a tradição religiosa de levar o círio de N. Sra. da Ameixoeira até à Abrigada, com todos os rituais envolvidos, exceto o acompanhamento da banda filarmónica. O futuro espera uma nova dinamização da associação que parece estar para breve, pelas novas movimentações que se observam.

Por último, a Associação Cultural e Desportiva de Aldeia de N. Sra. da Glória que, apesar de ser registada com esse nome, a aldeia denomina-se como Aldeia da Sra. da Glória. É mais uma associação fruto do 25 de abril, cuja sede foi erguida por iniciativa popular nos anos 70. A principal atividade passava, mais uma vez, pela organização das festividades anuais, neste caso dia 1 de janeiro, data correspondente à antiga festa anual que continuou a ser realizada; o 15 de agosto, que é o dia da padroeira e data da atual festa anual; e em setembro o aniversário da associação. Além dessas, realizaram-se outras atividades como bailes, sessões de teatro, sessões de cinema, ginástica, abertura de café diariamente, participação em jogos promovidos pela freguesia, entre outras. Esta aldeia tem uma história particular, sendo das poucas que passou por uma mudança de nome: de Panasqueira para Aldeia da Sra. da Glória, o que envolve um sentido identitário talvez ainda mais vincado do que nas outras localidades. O futuro da associação adivinha-se com dificuldades, mas na esperança de que um dia a ligação às raízes se voltará a fortalecer, revitalizando a coletividade que se vai mantendo pela vontade daqueles que não perderam esse sentimento.

Esta última entrevista foi particularmente interessante, na medida em que se encontravam presentes membros de três gerações distintas, com idades para serem filho, pai e avô (embora não fossem), que deram contributos construtivos e complementares que acabaram por ir além dos objetivos da entrevista e por revelar algumas das que iriam ser as conclusões desta dissertação, apresentadas mais à frente.

A última entrevista realizada foi ao Presidente da Junta, que também acabou por assimilar algumas conclusões que foram sendo delineadas ao longo do processo. Começou por referir que se candidatou ao cargo precisamente por achar que a freguesia precisava de uma dinâmica diferente e porque queria que os filhos ficassem na sua terra e que se honrassem dela. Não considerou a freguesia como isolada, apesar de se localizar numa extrema do concelho e isso se afirmar como uma dificuldade. Na sua perspetiva, o envelhecimento e despovoamento deste território prende-se com vários fatores. Primeiro, porque antigamente trabalhava-se de sol a sol, nas décadas seguintes as pessoas começaram a procurar outros empregos, no entanto, como grande parte dos terrenos eram

férteis para a agricultura, a expansão da construção não acontecia e perdeu-se a intenção das pessoas permanecerem nestas áreas, porque não tinham onde construir. Quando a construção começou a crescer já se tinha consolidado um desligar da terra e do local. Depois, porque há também um sentimento de posse muito vincado “o que é meu é meu, é do meu pai, é do meu tio...” e não se vende. Ou seja, mesmo que já não se usem, as propriedades não são vendidas, porque há um sentimento de propriedade e de herança muito assente. Na opinião do entrevistado, não existe coesão territorial, devido à elevada dispersão dos lugares, indo ao encontro do sentimento de bairrismo e não do sentimento de pertença à freguesia como um todo.

A proximidade de todos os serviços e acessibilidades, do mar e da natureza simultaneamente foram as potencialidades mencionadas na entrevista, que proporcionam qualidade de vida. O grande problema que tem que ser resolvido, nomeadamente com uma parte da freguesia, é os transportes públicos, de resto o território tem tudo para se servir, refere. Em termos de diversidade económica o Presidente concorda que não é abundante, uma vez que predomina a monocultura da vinha e do vinho, e tudo no território gira em volta disto. Já existem empresas com alguma dimensão, mas têm um problema: precisam pouco de pessoas formadas, uma vez que a oferta é muito concentrada na área da agricultura.

A falta de coesão territorial, de acordo com o constatado na contextualização teórica, está também relacionada com a falta de articulação entre as áreas rurais e as áreas urbanas, daí a necessidade de uma aplicação mais profunda do conceito de desenvolvimento rural na freguesia. Embora se registre algum trabalho realizado no que toca ao aproveitamento dos recursos, não existe diversificação de atividades nem uma rede de acessibilidades que fomente a articulação entre fatores endógenos e exógenos. É assim fundamental apostar na promoção do “triângulo mágico do desenvolvimento rural” (Covas, 2004, citado em Cavaco, 2004), baseado na diversidade da agricultura (o que é permitido pela fertilidade dos solos da região), na multifuncionalidade de prestações da exploração agrícola e do agricultor e na diversificação de atividades, que pode passar pelo artesanato e outras atividades culturais, naturais ou turísticas.

Quanto ao associativismo, na opinião do Presidente desempenha um papel fundamental, na medida em que as associações funcionam como alavancas de todas as localidades. Nas palavras do entrevistado – “Hoje temos um papel associativo muito baixo, muito curto em relação às necessidades. Por um lado por falta de pessoas, por um lado por cansaço de serem sempre as mesmas... o que tem criado um vazio, com a própria

falta de população, no fundo”. Defende ainda que a junta de freguesia deve estar sempre ao lado das associações e apoiá-las no seu desenvolvimento, mas não deve procurar substituí-las. Nota-se a necessidade de inverter a tendência decrescente, e isso é uma linha que tem que ser trabalhada e impulsionada.

A tabela do Anexo G apresenta alguns resultados de forma sintética, nos quais foram encontradas semelhanças entre as várias coletividades. Como podemos observar, as associações abriram portas entre os anos 50 e os anos 90, a maioria já após o 25 de abril. A associação do Teatro das Carreiras e a do Braçal nasceram ainda nos anos 50, sendo as mais antigas. A de Aldeia da Sra. da Glória, a de A-da-Rainha e a de Carrasqueira surgiram nos anos 70, provavelmente de movimentos mais vinculados de abril, como confirma um membro da associação da Aldeia. Nos anos 80 abriram portas as da Serra de S. Julião, Curvel e Zibreira. Nos anos 90 a Comissão de Festas das Carreiras, a AGIAC, o Clube Caça e Pesca e a Associação de Socorros, numa vertente mais inovadora relacionada com as medidas de proteção social e com a emancipação cultural. A Unicarmões é a mais recente, tem cerca de 20 anos e já nasce da preocupação da freguesia perder o seu dinamismo populacional. O polo de Carmões, localizado mais a interior, já fazia sentir a perda de população de forma mais intensa, pelo que nasceu a necessidade de inverter essa tendência com novas atividades na freguesia.

Embora os anos registados sejam marcados como a data do início das associações, essas datas correspondem sim ao ano de inauguração das sedes, sendo que os grupos de populares são anteriores e já se terão juntado antes, nem que fosse para construção dos próprios edifícios.

Entre os objetivos apresentados, à exceção da Associação de Socorros, voltada para propósitos mais singulares, todas as outras pretendem a revitalização da freguesia ou das localidades em específico, no que toca à dinamização de atividades ou eventos culturais, recreativos ou desportivos, os quais o poder político não dava tanta importância e a comunidade teve necessidade de organizar por si. As atividades passam, em grande parte, pela organização das festas populares anuais ou outros bailes característicos destas áreas rurais, noites de fado ou almoços-convívio, normalmente fruto de alguma data comemorativa. A organização ou participação em torneios informais de cartas, chinquilha, futsal ou futebol também era frequente. Algumas coletividades referem ainda a realização de sessões de cinema, teatro, ginástica ou outros desportos. Outra particularidade de muitas das associações é a abertura de café nas suas sedes, para colmatar um serviço que não existia em muitas aldeias e que contribuía para o convívio

e entretenimento, uma vez que disponibilizava também televisão, que muita gente não tinha em casa. As próprias sedes das associações são outro ponto comum, uma vez que todas as aldeias têm um edifício construído a partir de impulsos populares. A maioria destas sedes, além do balcão, contém um salão com palco, para a realização dos bailes ou espetáculos.

Quanto às dificuldades apresentadas atualmente, estas passam essencialmente pelos recursos financeiros e humanos, isto é, falta de dinheiro para pagar tanto as contas associadas às próprias sedes como os custos que a dinamização das festas engloba, e falta de pessoas que se disponibilizem para participar nas atividades propostas. O covid-19 foi uma das grandes dificuldades, no sentido em que contribuiu ainda mais para que as pessoas se deixassem ficar em casa e não participassem nas dinâmicas comunitárias. Outra das questões muito mencionadas, nomeadamente pelas associações que organizam festas, foi a grande quantidade de licenças e burocracias envolventes, que têm grandes custos associados e que dificultam muito a realização das festas. Além disso, foi apontada como dificuldade em manter as associações ativas os desentendimentos gerados na prossecução das atividades, no sentido em que a população se torna crítica em vez de recetiva no que toca às atividades realizadas e, por vezes, há também desavenças entre os responsáveis.

A maioria das associações referiu existir um sistema de sócios, que não tem sido explorado devido à interrupção provocada pelo covid-19. O número de sócios e as respetivas contribuições têm vindo a diminuir, consequência da menor adesão das pessoas, identificada no geral. As contribuições passam em grande parte por peditórios, que continuam a ser uma fonte de receita significativa, nos quais as pessoas são generosas. Outro dos aspetos que a maioria dos entrevistados referiu é que, apesar da pouca envolvência da população nas associações, quando existem eventos em que é necessária ajuda aparece sempre gente para ajudar. Ou seja, apesar das pessoas, no geral, não quererem comprometer-se, acabam por ser solidárias e por auxiliar na organização dos eventos, demonstrando gosto para que as atividades se perpetuem no tempo.

Outro aspeto de salientar, de opinião comum a todos, é a relação entre as várias associações. Os entrevistados referiram que é habitual haver entreatajuda, essencialmente pedidos de empréstimo de material ou até mesmo articulação entre as datas das festividades, como acontece com a festa anual de Carreiras e da Aldeia da Sra. da Glória que por vezes coincidem no calendário. No entanto, a interação não pareceu ir muito além disso, não existindo intercâmbio de pessoas nem atividades conjuntas.

Quanto à relação com a junta de freguesia, os entrevistados também referiram ser boa. A junta empresta o palco e auxilia na montagem dos preparativos sempre que requisitado, e todas as aldeias que mostrem iniciativa de realizar a festa anual têm 150€ de contributo. No entanto, foi referido várias vezes que os apoios por parte da Câmara Municipal não são muito relevantes e que deveria haver essa atenção uma vez que se torna difícil manter as casas abertas quando há pouca adesão, não havendo incentivos para que este tipo de formas comunitárias continue.

A última questão das entrevistas passava por perceber quais as perspetivas de futuro. As respostas foram, mais uma vez, coincidentes. Os anos de paragem pelo contexto pandémico abalaram muito a atividade das associações e torna-se difícil reerguerem-se, uma vez que o próprio ritmo já estava em abrandamento pela falta de pessoas, nomeadamente de jovens que renovassem os representantes de há muitos anos. Outro aspeto referido foi a longa durabilidade dos representantes, não havendo rotatividade nos cargos a exercer, na maioria das vezes por não existirem pessoas disponíveis. Os que estão hoje na linha da frente vão envelhecendo e vão sendo vencidos pelo cansaço, daí também a necessidade de captar os jovens para este tipo de iniciativas.

É de destacar a resiliência dos que se mantêm responsáveis por estas instituições, que mesmo enfrentando um vasto leque de dificuldades não abandonam os seus cargos, não havendo voluntários para os substituir e preservando o gosto para que as portas das associações se mantenham abertas⁷. Eles transmitem um “amor à camisola” tanto pela associação, como pela terra, pelas suas gentes e pelas tradições envolventes. No fundo, é essa dedicação que vai mantendo muitas dessas associações, assumindo a componente cultural e identitária como um fator promotor do desenvolvimento local.

A partir da observação das dinâmicas associativas e da interação entre a população da freguesia no seu todo, nota-se uma certa desvalorização da atividade associativa. Muita gente refere que não existem praticamente associações ativas, mas não é isso que se verifica. Apesar da maioria ter perdido intensidade da sua atividade, apenas 6 das 20 associações do total se encontram inativas neste momento. Sendo que em duas delas é demonstrada vontade de se voltar a ativá-las (Zibreira e Curvel). Portanto, verifica-se que a grande parte das associações tem os órgãos responsáveis eleitos, mantendo algum tipo

⁷ “O entregar da chave disto a uma junta de freguesia é uma dor, porque isto é a “Associação cultural da Aldeia N. Sra. da Glória”, é uma coisa da terra, não é da junta nem da câmara, é do povo, dos que já cá estiveram, construíram e dos que venham aí.” - Excerto da transcrição da entrevista realizada aos representantes da Associação Cultural Desportiva da Aldeia N. Sra. Da Glória, curiosamente proferida pelo representante mais jovem

de atividade esporadicamente, não sendo tão recorrentemente como desejável. Todas mostraram vontade em reerguer ou em continuar a sua atividade, embora numas as condições sejam mais favoráveis do que noutras.

Apesar da falta de jovens parecer um problema evidente, cerca de metade das entrevistas realizadas contaram com entrevistados jovens, entre os 20 e os 40 anos de idade. Algumas direções apresentaram-se constituídas inteiramente por jovens, o que sugere que exista alguma iniciativa dos mesmos, o problema passa por cativar em termos quantitativos. Chegam-se à frente os que ainda se sentem motivados pelas dinâmicas comunitárias, muitas vezes até num contexto de amizades, não sendo o suficiente para aguentar os projetos com a força desejável, até porque a disponibilidade dos dias de hoje acaba por ser diferente da de outros tempos. A representante da associação de Zibreira e Almagra partilhou que neste momento vive no distrito de Santarém, tendo um termo comparativo entre dois tipos de territórios. Referiu que em Santarém as aldeias estão mais isoladas e não há tanta facilidade de acessos, então as pessoas agarram-se ao que têm na sua terra, daí talvez haver mais jovens ligados às associações e às festas populares. Portanto, o problema em Carvoeira e Carmões não passa só pela falta de jovens, mas pela dificuldade em captá-los para estas iniciativas, havendo uma grande variedade de distrações de fácil acesso, daí se desligarem das dinâmicas comunitárias.

Outra questão deduzida a partir dos vários testemunhos recolhidos foi o facto das direções das associações se prolongarem por vários anos sem alterações, o que compromete a saúde das próprias associações. Primeiro, devido ao cansaço dos que se responsabilizam por muito tempo, que acabam naturalmente por ter um desfalque na sua motivação. Depois porque estas situações geram uma tendência rotineira, tornando difícil a inovação e a promoção da atratividade destes espaços. Além disso, a regularidade com que se realizam assembleias não é certa, nem a atuação periódica dos conselhos fiscais, acabando por haver desconfianças e desentendimentos que geram mau ambiente e corroem o espírito comunitário. A realização de assembleias regularmente para auscultação dos membros envolvidos e da população, assim como a rotatividade nos cargos, revelam-se aspetos essenciais na prossecução democrática das organizações associativas.

Há um fator político que acaba por ter muita influência na sociedade deste território. Existe uma forte competição política entre dois partidos em particular (CDU e PS), gerando uma divisão bipolar entre a população e um espírito de competitividade que

substitui o de cooperação. Isto explica e reforça o sentimento de bairrismo e a falta de ligação entre os fregueses, que é preciso inverter.

Em termos históricos, a forte presença do partido comunista nesta freguesia pode estar relacionada com a forte presença das associações, na medida em que a forma que as várias coletividades adotaram é semelhante, muitas nascendo de uniões populares, essencialmente com impulsos de mudança, em que as pessoas em comunidade é que construía essa mudança. Verifica-se, portanto, a existência de uma espécie de formato que se repete, que parece ter sido adotado quase como molde numa época em que o convívio das populações e a ocupação dos seus tempos livres passava por esta interação comunitária. No fundo, as pessoas procuravam o entretenimento e acabavam por criar uma espécie de família alargada, dando muito de si em prol de algo que era para todos. O desafio passa por inovar nesse formato e, principalmente, nas atividades desenvolvidas, para que possam voltar a ser atrativas.

As associações devem assim ser entendidas como potenciais aliados para o desenvolvimento local e para a coesão territorial, uma vez que fomentam uma rede de relações, nomeadamente através da cultura, que funciona como elo de ligação. A cultura é, por natureza, relacional e vai-se construindo pela participação interativa entre os indivíduos. As associações são espaços de construção pessoal e social e funcionam, deste modo, como agentes socializadores, promotores de coesão, identidade comum e memória coletiva, facilitadores de interações socioculturais e socioeducativas na comunidade (Costa, Falcão e Freitas, 2015).

Em tempos, as associações registaram uma maior ligação ao desenvolvimento local, essencialmente a partir dos anos 70, época que coincide com o pós 25 de abril, e, em paralelo, com o surgimento dos conceitos de desenvolvimento alternativo. Nessa época as comunidades da freguesia, à semelhança de movimentos sociais que se espalhavam pelo país e pelo mundo, uniram-se em busca de melhores condições de vida. Nos meios rurais as necessidades passavam em grande parte por formas de entretenimento e de convívio. Numa ação coletiva, as comunidades das várias aldeias organizaram-se em associações, construíram as respetivas sedes e organizaram festas e atividades culturais para a população.

Embora se revejam como elos de promoção do desenvolvimento local, as associações desta freguesia em particular, não estão a cumprir todos os critérios metodológicos do desenvolvimento local. O primeiro fator, relacionado com o enraizamento na comunidade, verifica-se no sentido em que existe um forte sentimento identitário na

comunidade de cada aldeia, pelo que se pode assumir a sua territorialização. Porém, o número de pessoas que se envolvem nas associações é atualmente reduzido.

O segundo critério, respeitante à participação e envolvimento da comunidade, não poderá ser validado, uma vez que esta é a grande dificuldade que as associações enfrentam nos dias de hoje. Está, portanto, relacionado com o primeiro, uma vez que se nota uma dificuldade crescente em envolver as pessoas neste tipo de iniciativas comunitárias, essencialmente no que toca à rotatividade de dirigentes.

A visão integrada implica uma abordagem holística e interdisciplinar dos problemas e das soluções, tendo em conta o seu contexto. Poderá considerar-se um fator presente no que toca à organização de eventos ou outras atividades, mas não no que se refere a problemas mais abrangentes como a falta de adesão da população. A proatividade verifica-se apenas em casos pontuais e não numa visão global da organização em si, pelo que este fator não será totalmente preenchido, verificando-se como consequência a inatividade de algumas associações.

Quanto ao trabalho em parceria, apesar de existir alguma cooperação entre as várias associações presentes no território, esta não corresponde às expectativas, uma vez que não é aprofundada, a relação é apenas superficial. O mesmo acontece relativamente a outras instituições de âmbito mais alargado, que poderiam beneficiar o trabalho das associações ao promoverem a articulação entre elas, ou até mesmo parcerias com as empresas ou outros serviços existentes no território, trabalhando numa ação conjunta para o desenvolvimento. O trabalho em parceria parece fortalecido apenas na relação com a junta de freguesia.

No que toca à flexibilidade das ações e dos caminhos a percorrer, pode-se notar um esforço no que se refere à resiliência de algumas associações em manterem as suas portas abertas, no entanto não se verifica uma procura de novas formas de dar a volta à situação ou de inovar nos métodos aplicados.

O sexto e sétimo pontos, respeitantes ao planeamento das ações e à avaliação permanente, poderão estar relacionados, na medida em que normalmente quem executa o planeamento faz a avaliação e vice-versa. No entanto, não é uma questão que se tenha como referência de forma estruturada neste tipo de organizações, à exceção da Associação de Socorros que, sendo profissionalizada, tem isto como exigência. Nas restantes planeiam-se as atividades, que anualmente acabam por ser sempre as mesmas, já havendo um hábito na forma como são organizadas. A avaliação corresponde a uma conversa

informal e passa essencialmente pela adesão que as atividades obtiveram ou por alguns contratempos que possam ter ocorrido, não sendo permanente mas sim pontual.

O critério seguinte prende-se com a adoção de uma perspectiva contínua de Investigação-Ação. Também não se pode considerar um critério validado, uma vez que a vertente da investigação não é propriamente tida em conta. Verifica-se uma ação relativamente interativa, que procura minimamente refletir sobre os caminhos percorridos e a percorrer, mas, tal como na maioria dos outros critérios, não existe um aconselhamento técnico que permita a execução deste fator de forma estruturada.

O último ponto refere-se à conjugação de competências éticas, relacionais e técnicas por parte dos dirigentes. Este critério será subjetivo, conforme os dirigentes, mas de modo geral verifica-se a existência de valores éticos de referência. As competências relacionais com a comunidade parecem ser fortes. Já como intermediários com outros organismos ou serviços públicos, o potencial não parece ser tão elevado, uma vez que as associações acabam por se limitar à própria aldeia. As competências técnicas revelam-se mais desfalcadas, uma vez que muitos acabam por fugir à regularidade da realização de assembleias e por não procurar apoios ou outros fatores que exijam tais aptidões, o que poderá estar relacionado com a falta de qualificações dos dirigentes para os cargos.

A falta de correspondência a estes critérios pode justificar a fase de regressão que as associações enfrentam. As dinâmicas de participação têm sido enfraquecidas e, uma vez que se constituem como um dos fatores basilares para a prossecução do desenvolvimento local, provocam a consequente fragilização da sua atividade e colocam em causas todas as outras implicações metodológicas referidas. Será necessária uma reestruturação do modo de atuação destas associações, que passe pelo planeamento estruturado e pela qualificação dos dirigentes, para que estes possam conduzir as associações de melhor forma e para que seja possível a adaptação a cada contexto e a correção dos caminhos a percorrer sempre que necessário, assim como uma ação permanentemente interativa.

Os modos de vida alteraram-se e as novas formas de ocupação dos tempos livres, os telemóveis, a televisão e a internet fizeram com que as pessoas deixassem de ter necessidade de sair de casa para conviver e ocupar o seu tempo, pois já dispõem de múltiplas ferramentas em casa. O facto da maioria da população ter carro, acentuou a convergência para as centralidades mais dinâmicas das cidades, relegando estes lugares mais recatados para segundo plano. As áreas rurais como esta freguesia têm funcionado então praticamente como espaços-dormitório. A globalização provocou assim uma quebra nas atividades das associações. No entanto, continuam a ser as principais

promotoras de dinâmicas sociais e eventos agregadores. É necessário tornar esses antigos pontos de encontro mais atrativos e voltar a reunir as pessoas em comunidade, contrariando esta tendência dos hábitos individualistas se sobreporem.

Para isso, além de se revelar essencial o seguimento das implicações metodológicas do desenvolvimento local, será necessário recorrer a métodos inovadores. Iniciativas como o bar do Curvel ou a equipa de futsal pensada na Casa do Povo podem assumir-se como exemplo, uma vez que procuraram algo que não existe na freguesia e que possa atrair os jovens. A inovação poderá ir além disso, a partir de atividades que aproveitem tanto o potencial cultural e identitário das associações, como o potencial educativo. A realização de formações, workshops didáticos ou ações de sensibilização podem passar por estes espaços. É necessário que a formação vá além das crianças e jovens, englobando também os adultos, nomeadamente no que toca ao acompanhamento da evolução tecnológica (Lacerda, 2012). Embora já se verifique um intercâmbio de saberes de uns e outros mais a nível cultural, poder-se-á abraçar novos temas para que se proporcione uma transmissão para toda a comunidade.

Temas como a cidadania ativa poderão também ser explorados no seguimento desta vertente educativa, na medida em que as associações poderão ter um papel de incentivo à população de forma mais direta, incluindo tópicos como a sensibilização para o voto, debates sobre matérias sociais ou assuntos de interesse público, assim como a resolução de problemas práticos da comunidade. As associações de toda a freguesia, em colaboração, poderiam promover este tipo de iniciativas como assembleias juvenis ou bancos de voluntariado que estimulassem a participação cívica da população.

Na mesma linha, as associações também poderão desempenhar um papel ativo na propagação de hábitos sustentáveis, contribuindo para a participação das comunidades locais na sustentabilidade ambiental. As boas práticas ambientais assumem forte relevância junto das comunidades locais, uma vez que a sua implementação ao nível local acaba por ter mais eficácia por incidir em atividades práticas, como a realização de eventos. A sensibilização junto da população, o aproveitamento de materiais usados, a realização de reciclagem ou a utilização de copos reutilizáveis são medidas que poderão ser facilmente implementadas.

O aproveitamento das sedes das associações (até mesmo as inativas) para espaços biblioteca, salão de jogos ou espaços que potenciem atividades turísticas, favorecendo até a angariação de fundos das próprias associações, são exemplos de novidades que podem ser exploradas por estas coletividades. São as atividades que dinamizam e dão voz às

associações, sendo que quanto maior o leque de atividades oferecido, maior a probabilidade de captar um número mais alargado de pessoas. O futuro deve passar pela diversificação de atividades e pela inovação.

A envolvimento da população local torna-se essencial nos processos de desenvolvimento, de modo a preservar a autenticidade dos territórios. Em muitas situações, como se tem verificado nos últimos anos na freguesia de Carvoeira e Carmões, a não-envolvimento pode provocar um sentimento de perda de pertença, com a mudança de hábitos quotidianos dos habitantes locais através da vinculação de programas e medidas que procuram um rural orientado para o exterior (Reis, 2012). O desenvolvimento local requer inovação institucional, capacidade organizacional e competências técnicas. A capacitação de iniciativas e organizações de base territorial torna-se imprescindível para a mobilização do potencial endógeno, tendo em vista o esforço coletivo de mobilização integral de recursos para a eficiência económica e para a coesão social (Henriques, 2016).

CAPÍTULO VI

Conclusão

As assimetrias territoriais em Portugal baseiam-se nas dualidades norte-sul, litoral-interior, mas essencialmente na dicotomia urbano-rural (Ferrão e Delicado, 2017). O predomínio do modelo moderno de desenvolvimento pode ser visto como responsável no acentuar destas assimetrias, uma vez que confluíram a industrialização e os serviços em determinadas áreas, que se tornaram altas concentrações urbanas, em detrimento de outras, consideradas áreas rurais, que têm sido progressivamente alvo de abandono.

Carvoeira e Carmões, mesmo relativamente perto da cidade, sendo um território rural, não passou à margem dos movimentos populacionais em direção aos meios urbanos. A alteração dos modos de vida, dos níveis e modelos de consumo, assim como as aspirações sociais e culturais (Cordovil, 1997) provocaram um envelhecimento do território. A decadência do comércio e da oferta de serviços, a indisponibilidade de transportes públicos e a inatividade das associações e dos eventos sociais promovidos pela comunidade são também fruto desse abandono. A partir daqui é gerado o “efeito bola de neve” – perdendo gente, o território perde dinamismo e, perdendo o dinamismo vai perdendo cada vez mais gente. Será necessário reverter esta tendência, disponibilizando maior oferta de serviços e tornando a imagem e as condições da freguesia mais atrativas à fixação da população.

Perante este contexto, esta dissertação procurou enquadrar teoricamente algumas noções como as assimetrias territoriais, essencialmente entre áreas rurais e áreas urbanas, para explicar a falta de coesão territorial que se sente em Portugal e que explica o motivo de uma freguesia relativamente perto da cidade e do litoral estar a passar por uma regressão no que toca ao número de habitantes e à distribuição etária da população. O conceito de desenvolvimento rural foi apresentado como solução para equilibrar as desigualdades territoriais, através do aproveitamento dos recursos locais e da diversificação de atividades, tendo em conta a descentralização da aplicação dos investimentos. Já o conceito de desenvolvimento local, dando continuidade ao propósito de fortalecer os territórios rurais, surge com a necessidade de fixar os residentes nessas áreas, promovendo a criação de laços culturais e identitários através da ação comunitária. Tendo a freguesia um denso tecido associativo, recorreu-se ao conceito de associativismo como meio do desenvolvimento local atuar no território.

A pergunta de partida passava assim por encontrar as potencialidades da área rural de Carvoeira e Carmões, nas quais é incluída uma variedade de recursos: a nível agrícola, apesar de se verificar a presença de monocultura (vinha), os solos são férteis para cultivo de hortícolas entre outras culturas; a nível natural, dispõe-se de várias paisagens, de amplos espaços naturais onde se podem realizar diversas atividades ao ar livre, para além da tranquilidade associada ao campo; a nível ambiental, inclui um parque eólico, é galardoada como Eco Freguesia e a disponibilização de amplos espaços verdes e agrícolas aumenta a valorização deste domínio; a nível cultural há uma riqueza patrimonial associada às diversas quintas e igrejas presentes no território, para além das tradições populares bastante vincadas; no que toca à localização, encontra-se perto tanto da cidade como do mar, há disponibilidade de serviços e comércio relativamente próximos e a rede de acessibilidades rodoviárias é boa, apesar da disponibilidade de transportes públicos não ser muito abundante. Além disso, no respeitante ao tecido associativo, dispõe-se de um vasto leque de associações que exercem um importante papel de dinamização social.

A segunda parte da questão refere-se às estratégias que podem ser exploradas na perspetiva do desenvolvimento local de forma a tornar esta freguesia atrativa à fixação de população. A estratégia passa por um aproveitamento dos recursos e potencialidades existentes, tanto materiais, com valor económico, como sociais e culturais. A nível económico, poderão tirar-se benefícios a partir da diversificação de atividades, da inovação nos recursos explorados e nas atividades realizadas, tendo em conta a necessidade de um investimento técnico nesse percurso. A nível social, a estratégia passará pela valorização das associações como pontos de ligação social e política entre todas as localidades da freguesia, promovendo a sua coesão. Será também necessário o incentivo à inovação de atividades de âmbito social e a promoção de formas que reúnam a população para que, em conjunto, sejam as próprias pessoas a encontrar soluções em comunidade para reerguer as associações. A sua dinamização irá atrair mais pessoas num efeito de contágio que, se se identificarem com o ambiente, vão criar raízes e vão estabelecer-se no território. Esta consolidação comunitária foi um dos pontos fortes da freguesia, mas foi-se perdendo paralelamente à perda de população e dinamismo do próprio território. Pretende-se uma reativação das dinâmicas sociais e do espírito comunitário como meio de desenvolvimento.

Estas estratégias acabam por corresponder aos objetivos apresentados, que se referiam, num âmbito mais geral, a entender a dinamização social da freguesia. Em termos mais específicos, passavam por conhecer a atividade das associações locais

(através das entrevistas); por relacionar o associativismo como promotor de desenvolvimento local na atenuação das assimetrias territoriais e no fomento da atratividade do território; e por procurar potenciais formas de promover o envolvimento da população nas dinâmicas comunitárias e nas atividades realizadas.

As áreas rurais não têm que ser vistas como uma desvantagem, são diferentes e complementam a multifuncionalidade do território no seu conjunto, de forma tão ou mais relevante do que as áreas urbanas. Cada uma das tipologias detém pontos fortes e pontos fracos e devem ser interligadas de forma cooperativa, em vez de forma competitiva. A necessidade passa por assegurar serviços e acessibilidades a todos os territórios. Devem-se criar estratégias de descentralização que passem por fomentar as potencialidades de cada território, de forma a distribuir a atratividade por todos os locais, dispersando a concentração exagerada das áreas metropolitanas e repovoando as zonas mais rurais. O ordenamento do território e uma boa rede de mobilidade podem ser os fatores-chave para a coesão territorial, se conjugados de forma eficiente.

O desenvolvimento deve exigir-se completo e uniforme e, para isso, deve assegurar oportunidades a todos os territórios sem exclusão. O desenvolvimento rural e as suas diretivas serão uma alternativa compensatória dos territórios rurais que têm sido, de certa forma, relegados para segundo plano. A disponibilização de uma rede de acessibilidades a todos os cidadãos numa distribuição relativamente homogénea pelo território, será assim um fator vital no combate às desigualdades económicas e sociais. Deve-se, portanto, ir ao encontro de uma interdependência mútua e cooperativa entre territórios, buscando a complementaridade através de parcerias que possam promover o intercâmbio regional, entre o que é endógeno e o que é exógeno.

O desenvolvimento local emerge como solução ao problema detetado na freguesia de Carvoeira e Carmões, relativamente à falta de coesão social. Os conceitos encontram-se relacionados, na medida em que para haver coesão é necessário considerar igualmente todos os territórios, o que é possível a partir do desenvolvimento local. Este aplica-se a todos os territórios povoados, quer sejam rurais ou urbanos, estando mais direcionado para a emancipação comunitária. Quando aplicado aos territórios rurais, estará interligado com o desenvolvimento rural. Embora o desenvolvimento rural esteja mais ligado ao domínio territorial e o desenvolvimento local mais ligado ao domínio social, assumem vários pontos em comum: o principal é que ambos tomam os recursos e as comunidades locais como prioridade, atribuindo-lhes capacidade para promover o desenvolvimento; ambos surgem como modelos alternativos, na medida em que não seguem o modelo de

desenvolvimento dominante. Os dois conceitos deverão ser conjugados para uma aplicabilidade mais eficiente, interligando as potencialidades tanto materiais como humanas.

Embora os efeitos da globalização tendam para uma assimilação cultural, os traços culturais próprios de cada local conferem a sua identidade e poderão até proporcionar uma atratividade multicultural em termos turísticos. A cultura revela-se assim uma potencialidade, não só a nível social, mas também a nível económico, na medida em que contribui para a criação de novos produtos culturais. Irá, deste modo, influenciar a organização do território, a sua capacidade de empreendedorismo e as relações sociais em termos de integração e reciprocidade (OCDE, 2005, citado em Lemos, 2013). As associações da freguesia, sendo a grande maioria de âmbito cultural, poderão ter aqui um papel fundamental, promovendo não só a coesão social como o fomento da economia e do turismo, tendo a capacidade de dinamizar uma oferta alargada de produtos e espaços culturais. A freguesia detém uma forte base de recursos naturais e de espírito comunitário que, alienados à cooperação e à inovação, poderão superar as barreiras existentes, fazendo uso das potencialidades do território. Deve ser dada primazia aos recursos endógenos e ao poder local, incentivando a participação das comunidades locais para uma exploração sustentável dos recursos. É também necessária a mobilização das vontades da população local, de forma a criar ou desenvolver os laços de identidade, solidariedade e cumplicidade existentes (Lopes, 2012, citado em Almeida, 1995), o que será possível através da dinamização do tecido associativo.

Face às necessidades de dinamizar e promover a atratividade das áreas rurais, de Carvoeira e Carmões em particular, de desenvolver as atividades locais e rejuvenescer a população, as associações locais emergem mais uma vez como potenciais atores. Serão necessários os impulsos e apoios certos, que poderão dar continuidade aos projetos que têm estado adormecidos, fomentando a inovação e a diversificação de atividades. Seguindo os princípios do desenvolvimento local, estes projetos irão certamente contribuir para a fixação da população e para a dinamização social do território, reforçando a força identitária e o sentimento de pertença que outrora exerciam. Aliado aos desenvolvimentos comercial, empresarial e turístico, promotores de mais oportunidades de emprego e melhores acessos, a freguesia terá todas as ferramentas para rejuvenescer a população e inverter esta tendência de envelhecimento.

Um aspeto retido é que a ligação entre a freguesia no seu todo não é algo assumido por todos os residentes, há um sentimento de bairrismo associado à própria aldeia e não

propriamente à freguesia, o que se agravou ainda mais com o processo de união entre as duas freguesias anteriormente separadas. No entanto, para quem observa de fora não existem diferenças assim tão marcadas, na medida em que os traços característicos tanto do lado da Carvoeira como de Carmões acabam por ser coincidentes: agricultura como atividade dominante; cultura vinícola demarcada; zona rural com tendência para o despovoamento e envelhecimento. Uma ação articulada entre todas as associações poderá facilitar este sentimento de pertença e integração, assim como facilitar a atuação da junta de freguesia como órgão de gestão pública. A “união” de freguesias construir-se-á a partir da vontade intrínseca e espontânea destas comunidades e não por imposição. Às entidades políticas compete apenas criar condições para que se juntem em objetivos comuns, em parcerias que fomentem a entreajuda. As desavenças políticas presentes não contribuem em nada para a prossecução desse objetivo, sendo aliás um fator acrescido à divisão da população.

Será de ter em conta uma descentralização das atividades da freguesia, na medida em que todas as aldeias necessitam de aumentar a sua visibilidade. A descentralização acaba por não englobar apenas as autarquias, mas as próprias associações que atuam a um nível local ainda mais focalizado e mais próximo das comunidades. A interação integrada entre as várias organizações poderá promover uma revitalização geral, criando uma mobilidade humana e uma interligação social construtiva que proporcione benefícios a todas as localidades. Deverão, portanto, unir-se em prol do objetivo comum de repovoar os seus territórios e de proporcionar uma nova dinamização social.

Sistematizando, a modernidade deve ser vista como uma forma de desenvolvimento e não como a única forma de desenvolvimento. Tanto se investiu nesse sentido que houve uma sobre-exploração do modelo dominante. Hoje verifica-se a necessidade de ir no sentido contrário: regressar às origens e não deixar as tradições morrerem. Em vez de uma uniformização será preciso deixar a diversidade atuar e as originalidades e potencialidades de cada território serem a base do seu desenvolvimento, daí a importância dos modelos de desenvolvimento alternativo serem colocados em prática, neste caso o desenvolvimento local.

Perante a indicação das várias estratégias a explorar, chama-se a atenção para o sentido em que, em termos práticos, as políticas públicas deverão atuar. Primeiro que tudo, incluir o reforço da rede de transportes públicos na freguesia, por forma a assegurar um conjunto sólido de acessibilidades.

Relativamente às associações, será necessário uma interação colaborativa. A nível municipal será relevante a criação de uma rede articulada de parcerias, que inclua a Rede Social e as Comissões Sociais de Freguesias, em projetos conjuntos, nos quais as associações deverão ser incentivadas a participar. Já a junta de freguesia deverá fazer por proporcionar a comunicação e por prestar apoios técnicos na dinamização das atividades, incentivando ao planeamento e avaliação dos projetos pensados e disponibilizando ferramentas para isso. Além disso, estas poderão ser integradas nas restantes políticas sociais de proximidade à população. A inovação nos eventos culturais e o fomento de atividades desportivas também são políticas que contribuem para a atratividade do território e que poderão envolver as associações na sua dinamização, poupando recursos à própria autarquia. Numa vertente mais alargada, será necessária a promoção da imagem da freguesia, com o intuito de atrair a instalação de estabelecimentos comerciais, principalmente de restauração e alojamento, através de políticas chamativas como benefícios fiscais ou sessões promocionais que incentivem pequenas e médias empresas a tirar partido dos recursos locais.

Este estudo de caso pretende assim chamar à atenção para a necessidade do ordenamento do território e da descentralização, abrindo caminho para novos estudos que possam promover soluções em direção à coesão territorial e à dispersão da população pelos territórios, evitando a concentração nas áreas urbanas e o despovoamento nas áreas rurais. Poderão ser explorados os temas da participação e envolvimento das pessoas nas iniciativas de desenvolvimento local; em termos mais específicos, perceber quais as motivações dos jovens para participarem em atividades comunitárias; como aproveitar os saberes e as tradições de forma a que se perpetuem no tempo, tema este que poderá suscitar questões relacionadas com a promoção de atividades intergeracionais; e ainda, estudos de caso que se refiram a associações de áreas rurais que tenham adotado métodos inovadores na promoção da fixação de população.

Referências Bibliográficas

- Albino, C. org. (1997) *Desenvolver Desenvolvendo-Práticas e Pistas para o Desenvolvimento Local no Alentejo*, Messejana: ESDIME CRL.
- Almeida, J. (1995), *Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável*
- Almeida, A. (2015), *Perceção do contributo das instituições da Economia Social do desenvolvimento social local. Um estudo de caso das IPSS do distrito de Bragança*. Dissertação de Mestrado em Economia Social, Universidade do Minho
- Amaro, R. R. (2001), “Opções, Estratégias e Actores de Desenvolvimento em Confronto no Caso de Foz Côa” In: Gonçalves, M. E. (coord.), *O Caso de Foz Côa: um laboratório de análise sociopolítica*, Lisboa, Edições 70, pp 211-223
- Amaro, R. R. (2003), “Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria.” *Cadernos de estudos africanos*, 4, pp 35-70
- Amaro, R. R. (2009), “Desenvolvimento Local”, *Diário Internacional da Outra Economia*, Almedina, pp. 108-113
- Amaro, R. R. (2017), “Desenvolvimento ou pós-desenvolvimento? Des-envolvimento e... Noflay!” *Caderno de Estudos Africanos*, 34, pp75-111
- Amaro, R. R. (2018), *Manual de Práticas e Métodos sobre Grupos Comunitários*, Leigos para o Desenvolvimento, pp. 17-43
- Anon (2008), *Síntese do Estudo de Caracterização da Juventude do Concelho de Torres Vedras*, Departamento de Educação e Desenvolvimento Social - Câmara Municipal de Torres Vedras
- Anon (2014), *Mapeamento e Caracterização das Associações Culturais do Concelho de Torres Vedras*, Divisão de Desenvolvimento Social - Câmara Municipal de Torres Vedras
- Anon (2016), *Cork 2.0 Declaração “Uma Vida Melhor nas Zonas Rurais”*, Luxemburgo, União Europeia, Tradução informal pela Comissão Europeia
- Armas, F. e Macía, C. (2015), “Desenvolvimento rural e sociedade de informação em Portugal. Análise do fosso digital de segunda geração na região Norte.” *Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, 1(7), pp65-83
- Becker, H. S. (2008), *Segredos e truques de pesquisa*, Rio de Janeiro: Zahar
- Burgess, R. G. (1997), *A pesquisa de terreno. Uma introdução*. Oeiras: Celta
- Cardoso, F. J. (2017), “O Desenvolvimento sem Norte nem Sul” *Caderno de Estudos Africanos*, 34, pp13-30
- Carneiro, I. (2005), “O Desenvolvimento Rural em Portugal: caminhos percorridos e por percorrer...A contribuição do Programa de Iniciativa Comunitária LEADER para uma Política de Desenvolvimento Rural em Portugal”, comunicação apresentada em *Conferências Políticas Públicas para o Desenvolvimento*, ISCTE, Lisboa
- Cavaco, C. (2004), “Desafios de Desenvolvimento Rural. Notas de leitura.” *Finisterra*, 39 (78), pp 99-112
- Chanial, P. e Laville, J. L. (2009), “Associativismo”, *Diário Internacional da Outra Economia*, Almedina, pp. 21-25
- Cordovil, F. (1997), *Desenvolvimento Rural e Conservação do Campo*, Working Papper, Dinâmia, FCT
- Costa, C., Falcão, M. e Freitas, B. I. (2015), “Teatro e comunidade: dois estudos sobre práticas em Torres Vedras.” *Atas do II Encontro de Mestrados em Educação e Ensino da Escola Superior de Educação de Lisboa*, pp. 115-123

- Coutinho, J. (2009), *Contributos para a Avaliação do Desenvolvimento Rural da Região Oeste. Relatório profissional de um trajeto de intervenção do Programa LEADER*, Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais, ISCTE, pp. 19-30
- Crespo, J. L. (2004), “A participação pública no sistema de gestão territorial à escala municipal”, comunicação apresentada no *V Congresso da Geografia Portuguesa*, Lisboa
- Dantas, A. R. (2016), “Análise de conteúdo: um caso de aplicação ao estudo dos valores e representações sociais”, *Metodologias de investigação sociológica*, pp 261-286
- Diniz, D. (2010) “A pesquisa social e os comités da ética no Brasil”, Fleischer, S. e Schuch, P., *Ética e regulamentação na pesquisa antropológica*, Brasília: Letras livres, pp 183-192
- Diniz, F. e Gerry, C. (2002), “A problemática do desenvolvimento rural” In: Costa, J. S. (coord), *Compêndio de Economia Regional*, 2ª ed, Coimbra, pp. 530-562
- Domingues, M. (2021), *A avaliação do desenvolvimento local segundo a perspetiva das entidades de Economia Social – Uma proposta da Animar – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local*, Tese de Doutoramento em Sociologia, UBI
- Esteves, T. (2009), *A Descentralização da Administração da Educação – As Autarquias Locais enquanto promotoras do Programa das Actividades de Enriquecimento Curricular no 1.º CEB*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, UL
- Ferrão, J. e Delicado, A. (coord.) (2017), *Portugal Social em Mudança, Retratos Municipais*. ICS-UL
- Ferreira, B. e Raposo, R. (2017), “Evolução do(s) conceito(s) de desenvolvimento. Um roteiro crítico” *Caderno de Estudos Africanos*, 34, pp113-144
- Ferreira, P. M. (2017), “A Coerência das Políticas para o Desenvolvimento: Um instrumento em prol do desenvolvimento?” *Caderno de Estudos Africanos*, 34, pp31-63
- Ferreira, T., Marinho, L., Vieira, M. M. e Ferreira, V. S. (2019), “Políticas Municipais de Juventude. Governança, Recursos e Apoios”, *Policy Brief*, OPJ
- Ferreiro, M. F., Ramos, I., Colaço, M. C., Condessa, B., Silva, J. B. e Ferreira, J. A. (2019), *Periurban. Territórios periurbanos*, Direção-Geral do Território
- Gomes, C. (2014), *Desenvolvimento Local, Governança Colaborativa e Associativismo. Dinâmicas de mobilização para a ação no contexto do Município de Peniche*, Dissertação de Mestrado em Sociologia, ISCTE
- Henriques, J. M. (2016) *Coesão territorial, resiliência e inovação social: o programa rede social*. IESE, pp 199-214
- Henriques, J. M. (2020), “Autarquias e Governação Multinível”, comunicação apresentada no *Fórum das Políticas Públicas (IPPS)*
- Kageyama, A. (2004), “Desenvolvimento Rural: Conceito e Medida” *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, 21(3), pp. 379-408
- Lacerda, T. (2012), *Associações de base local: um contributo para o desenvolvimento local e comunitário*, Relatório Final de Estágio de Mestrado em Ciências da Educação, Universidade de Lisboa
- Lemos, A. (2013), *Cultura e Desenvolvimento Local: Estudo de Caso da d’Orfeu – Associação Cultural*. Dissertação de Doutoramento em Educação. Instituto Politécnico de Coimbra
- Machado, P. (2003), “O lugar dos idosos em Portugal e no mundo”. *Janus*
- Monteiro, A. A. (2004), “As Iniciativas de Desenvolvimento Local e a Diversidade das suas Orientações” *Cidades – Comunidades e Territórios*, 8, pp 53-63

- Nascimento, P. (2012), *Dinâmicas de Transformação de Uso e Ocupação do Solo Rural, Construção de indicadores e monitorização*. Dissertação em Gestão do Território, FCSH-UNL
- Navarro, Z. (2001), “Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro” *Estudos Avançados*, 15(43), pp. 83-100
- Pereira, J., Martins, A., Martins, N., Querido, L., Pinto, P. M., Pratas, S. e Nunes, N. (2021), *Associativismo popular e envelhecimento ativo: o caso do distrito de Leiria*, Estudo OBAP
- Pinto, A. M. (2006), “Reflexão sobre o envelhecimento em Portugal” *Geriatrics*, 2(11), pp. 76-86
- Portela, J. (2020), “O meio rural em Portugal. Entre o ontem e o amanhã” *Seminário Internacional A Revitalização do Mundo Rural e o Ordenamento do Território*, Lisboa, pp45-65
- Quivy, R. e Campenhoudt, L. V. (1995), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Gradiva, 2ª ed, Tradução de Marques, J., Mendes, M. L. e Carvalho, Maria
- Ribeiro, C. (2022), “Agricultura perdeu quase um milhão de trabalhadores em três décadas.” *Dinheiro vivo* [online], Disponível URL: <https://www.dinheirovivo.pt/economia/nacional/portugal-perdeu-900-mil-trabalhadores-agricolas-em-tres-decadas-14798489.html> Consultado a 2/8/2022
- Santos, D. (2018), *Orçamento Participativo: Perceção da População e as Prioridades Locais. Concelho de Torres Vedras*. Dissertação de Mestrado em Economia e Políticas Públicas, ISCTE
- Santos, H. A., Domingos, A., Marta, J., Rodrigues, M., Bernardes, M. B. (2022), *Programa de Reabilitação e Revitalização. Enquadramento/Caracterização/Diagnóstico, Vol I*, Gabinete Local de Reabilitação Urbana, UFCC
- Silva, M. A. (2011), *Qualidade de vida do idoso institucionalizado em meio rural*, Tese em Educação Social, ESE-IPB
- Silva, M. M. (1963), “Fases de um processo de Desenvolvimento Comunitário”, *Análise Social*, 1(4), pp 538-558

Websites:

<https://ufcarvoeiracarmoes.pt/>

<https://www.cm-tvedras.pt/>

ANEXOS

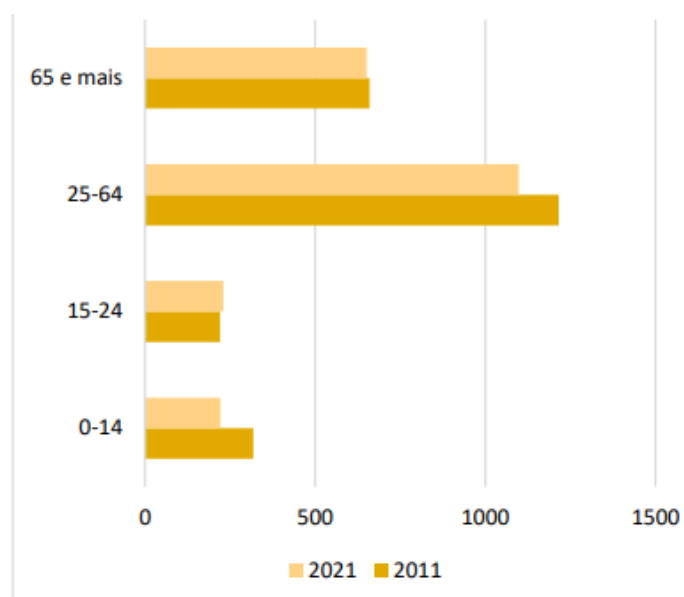
Anexo A - Distribuição territorial da população em Portugal (Cordovil, 1997)

	População Nº	Área Km2	Densidade Hab/Km2	População % do Continente	Área % do Continente
A. Metropolitanas	3 640 395	3 435	1 060	38,8	3,9
Intermédias	3 532 792	24 363	145	37,7	27,5
Rurais	2 198 261	60 882	36	23,5	68,6
Continente	9 371 448	88 680	106	100,0	100,0

Anexo B – Localização geográfica da União de Freguesias de Carvoeira e Carmões integrada no mapa do Concelho de Torres Vedras



Anexo C - População residente da freguesia de Carvoeira e Carmões por grupo etário (Santos et al., 2022)



Anexo D – Tipos de classificação do uso do solo e respetiva área (Santos et al., 2022)

Classe de Uso do Solo	Área (ha)
Territórios artificializados	147,15
Agricultura	1399,85
Pastagens	262,72
Florestas	165,35
Matos	118,79
Massas de Água Superficiais	2,487
Total:	2096,34

Anexo E – Guião das entrevistas aos representantes das associações

1. De que associação faz parte?
2. Mantém-se ativa?
3. Como surgiu a associação?
4. Quais os objetivos dessa associação? O que move/motiva os seus membros?
5. Que tipo de atividades são desenvolvidas?
6. Qual considera ser o papel da sua associação para o desenvolvimento da freguesia?
7. Cerca de quantos membros se mantêm ativos?
8. Quais as principais dificuldades sentidas em manter o dinamismo da associação?
9. Como funciona a relação com a junta de freguesia e com as restantes associações?
10. O que pensa ser o futuro da associação a que pertence? Quais os projetos/atividades pensados?

Anexo F – Guião da entrevista ao Presidente da Junta de Freguesia

1. Na sua opinião, a que é que se deve o envelhecimento e despovoamento da freguesia?
2. Considera ser uma região isolada ou sem acessibilidades/serviços?
3. Quais as principais potencialidades deste território?
4. Considera importante a diversificação de atividades económicas? Existe diversificação em Carvoeira e Carmões?
5. Qual o papel que as Associações desempenham nesta freguesia?
6. Como funciona a relação entre as associações e a junta de freguesia?
7. Que linhas estratégicas tem em mente para o desenvolvimento da freguesia? E onde entram as associações?
8. Que outras parcerias têm sido relevantes para o desenvolvimento da freguesia? E em que consiste cada projeto? (eco freguesia, csifi, anafre...)
9. Quais as principais dificuldades em dinamizar e desenvolver a freguesia

Anexo G – Tabela-síntese da caracterização das associações entrevistadas

Associação	Âmbito	Início de atividade	Ativa/Inativa	Objetivos	Atividades	Dificuldades
Grupo Cultural e Desportivo Casa do Povo de Carvoeira	Cultural e Desportivo	-	Ativa (recentemente)	- Alterar os estatutos - Promover o desporto - Reativar as piscinas - Rejuvenescer a freguesia	- Futsal - Abertura das piscinas	- Financeiras - Burocracias
Fábrica da Igreja da Carvoeira	Religioso	-	Ativa	Interligação da comunidade com a paróquia, a catequese e a junta de freguesia	- Realização da festa anual da N. Sra. da Luz da Carvoeira - Noites de fado - Jornadas Mundiais da Juventude	- Covid-19 - Cansaço das pessoas mais velhas
Associação de Socorros da Freguesia da Carvoeira	Social (IPSS)	1992	Ativa	Assistência social, nomeadamente aos mais idosos	- Centro de dia - Apoio domiciliário - Serviço de ambulâncias	- Financeiras - Recursos humanos - Covid-19
AGIAC – Associação de Geminação e Intercâmbio Autárquico da Carvoeira	Cultural	1996	Ativa	Intercâmbio com a vila francesa geminada Saint Caprais de Bordeaux	- Visitas entre França e Portugal - Almoços convívio	- Trazer pessoas para esta atividade - Vencer um certo estereótipo que as pessoas veem e chamar mais gente
Associação Cultural Desportiva de Melhoramentos de Zibreira e Almagra	Cultural	1989	Inativa	Dinamização da localidade	- Festa de Natal - Festa anual - Abertura de café - Almoços convívio - Torneios de cartas e matraquilhos - Participação em torneios de futebol	- Falta de participação dos homens - Atritos/zangas que provocavam o afastamento - Burocracias

Associação Cultural e Desportiva de Aldeia N. Srª da Glória	Cultural	1970	Ativa	Dinamização da localidade	<ul style="list-style-type: none"> - Festa anual - Bailes - Almoços convívio - Sessões de cinema - Teatro - Ginástica/Desporto 	<ul style="list-style-type: none"> - Atrair os jovens - Adesão da população
Associação Cultural e Recreativa de Curvel	Cultural	1984	Inativa	Dinamização e rejuvenescimento da localidade	<ul style="list-style-type: none"> - Realização de bailes e festas - Abertura de bar na localidade (diariamente) - Almoços convívio - Noites de fado e de música ao vivo 	<ul style="list-style-type: none"> - Desentendimentos - Disponibilidade - Custos elevados
Clube União A-da-Rainha	Cultural e Desportivo	1972	Ativa	Fomentar o desporto e convívio entre os locais	<ul style="list-style-type: none"> - Futsal - Cicloturismo - Ténis de mesa - Noites de fado - Almoços convívio - Bailes 	<ul style="list-style-type: none"> - Financeiras - A terra é pequena, tem pouco movimento
Associação Dramática e Recreativa das Carreiras	Cultural	1957	Ativa	Realização de espetáculos de teatro de revista através da dinamização de um grupo de teatro comunitário amador	<ul style="list-style-type: none"> - Espetáculos de revista e respetivos ensaios - Baile dos leilões - Jantar de Natal - Abertura do CIT 	<ul style="list-style-type: none"> - Renovação de gerações, captar os mais novos
Comissão de Festas das Carreiras	Cultural	Anos 90	Ativa	Organização da festa anual de Carreiras	<ul style="list-style-type: none"> - Festa anual de Carreiras 	<ul style="list-style-type: none"> - Burocracia - Adesão das pessoas da terra

Associação Cultural e Recreativa da Carrasqueira	Cultural	1977	Ativa	Dinamizar a localidade	<ul style="list-style-type: none"> - Baile dos leilões - Festa de verão - Almoços convívio - Pamplonas - Abertura de café todos os dias 	<ul style="list-style-type: none"> - Agarrar os jovens e renovar o pessoal - Falta de apoios e facilidade nas burocracias - Covid-19
Unicarmões – Associação para o Desenvolvimento da Freguesia de Carmões	Desportivo	Por volta de 2000	Ativa	Dinamização e desenvolvimento da freguesia	<ul style="list-style-type: none"> - Dia da criança - Todo o terreno - Provas de motocross 	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de gente
Associação de Melhoramentos, Cultura, Recreio e Desporto de S. Gregório	Cultural e Desportivo	Por volta de 1950	Ativa	Dinamização da localidade	<ul style="list-style-type: none"> - Pamplonas - Bailes - Torneios de sueca, chinquillo, futsal... - Fornecimento de água à população - Abertura de café 	<ul style="list-style-type: none"> - Financeiras - Renovar os responsáveis - Falta de jovens na aldeia
Clube de Caça e Pesca	Cultural e Desportivo	1990	Ativa	Repovoamento da caça e melhoramento das condições, dos espaços e da própria caça	<ul style="list-style-type: none"> - Abertura da sede todas as sextas feiras - Almoços convívio - Secretaria para auxílio nas burocracias 	<ul style="list-style-type: none"> - Financeiras - Participação ativa dos sócios (novos ideais ambientais e novos modos de vida)
Associação de Moradores de Serra S. Julião	Cultural	1980	Inativa	Dinamização da localidade	<ul style="list-style-type: none"> - Abertura de café diariamente - Convívios - Dinamização de duas festas populares 	<ul style="list-style-type: none"> - Desentendimentos